

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PAULA FERREIRA DE SOUSA AGRELLA

**DOCUMENTOS DA EDUCAÇÃO NO ACERVO
DIGITALIZADO DO ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

Campinas
Dezembro de 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PAULA FERREIRA DE SOUSA AGRELLA
RA: 082433

**DOCUMENTOS DA EDUCAÇÃO NO ACERVO
DIGITALIZADO DO ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como exigência
parcial para a conclusão da
graduação em Pedagogia pela
Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do
Prof.º Dr.º André Luiz Paulilo.

Campinas
Dezembro de 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
Gildenir Carolino Santos – CRB-8ª/5447

Ag82d Agrella, Paula Ferreira de Sousa, 1989-
Documentos da educação no acervo digitalizado do
Arquivo Público do Estado de São Paulo / Paula Ferreira
de Sousa Agrella. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: André Luiz Paulilo.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) –
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Educação – História. 2. Políticas públicas em educa-
ção. 3. Fontes de informações educacionais. I. Paulilo,
André Luiz. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Educação. III. Título.

12-0209-BFE

FOLHA DE APROVAÇÃO

Orientador: Prof.º Dr.º André Luiz Paulilo

2ª Leitora: Prof.ª Dr.ª Débora Mazza

Aos meus queridos avós, Joaquim e Adelina e
ao meu pai, Paulo, que já partiram. Sempre
serei grata por todo amor que tiveram por
mim.

AGRADECIMENTOS

Tenho que confessar que adiei muito o momento de escrever meus agradecimentos, não que eu não tivesse ou soubesse quem eu deveria agradecer, mas o considero tão importante que gostaria de por todo o meu coração quando resolvesse escrever sobre tantas pessoas maravilhosas que estiverem ao meu lado antes e durante esse percurso da graduação.

Infinitamente agradeço a Deus por tudo que me fez, por ter me trazido até aqui e não ter me deixado só um minuto se quer, me dando forças dia após dia forças para continuar.

Ao Prof.º André, meu orientador, um agradecimento especial, por sua incomparável gentileza e por ter aceitado me orientar quando eu estava totalmente sem rumo e já pensava em trancar a disciplina. Agradeço por sua atenta orientação e por todo seu entusiasmo com os direcionamentos tomados por este trabalho.

À professora Débora Mazza por ter aceitado ser minha segunda leitora, cujos “toques” contribuíram para melhoria deste trabalho.

À minha mãe, Dona Rose... Na verdade, não sei que palavras usar para expressar minha gratidão a essa pessoa que amo tanto, minha amiga, meu exemplo, meu apoio. Nesses cinco anos de faculdade, sou grata, por todos os dias que ela, tarde da noite, às vezes estando frio ou chovendo, quase dormindo em pé, foi me buscar no ponto de ônibus e por muitos outros sacrifícios, que sem exagero, não caberiam se eu os fosse colocar aqui. Não sei mãe se um dia poderei retribuir tudo que fez por mim.

Aos meus queridos e amados irmãos José Carlos, Luís Fernando, Bruno e David. Desejo o melhor da vida para cada um de vocês.

Agradeço às minhas queridas amigas Lais e Eliana, não sei que rumo nossas vidas tomarão, mas sentirei muita falta de vê-las sempre, do prazer de estar na companhia de vocês, das nossas conversas, das nossas risadas, do nosso “grude”. Sou imensamente grata pela amizade que construímos. Agradeço também ao Emanuel que completou esse grupo.

Por falar em amigos, tenho que dizer que as amizades que fiz foram um dos maiores privilégios que tive nessa graduação. Por isso agradeço às queridas Tati, Karina, Fabi, Aline Rodrigues, Narcleyre, Samara, Kamylla, Vivi, Lindsey, Vânia e todos da Turma de Pedagogia 2008/Noturno. Vocês são pessoas sensacionais pelas quais sempre terei um imenso carinho.

Agradeço à minha querida amiga Evelyn, que também teve um papel fundamental antes e durante essa fase da minha vida.

À tia Nena, tio Odair, Divânia, minha madrinha e tia, Conceição, à Tata e a todos os meus familiares, que mesmo distantes sempre me apoiaram e torceram muito por mim.

À Luzia, João, Jéssica, Angélica, Joice e Jonas, que mais do que vizinhos, são uma família para mim.

E a todos da biblioteca da Faculdade de Educação: Gil, Rose, Yoko, Neusa, Márcia, Marli, Pablo, Zilma, Amanda, Flávia, Bira, Vicente, Alice, Homero e Gildo, com os quais tive a imensa felicidade de trabalhar desde 2008 como bolsista do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da Unicamp. Pessoas tão maravilhosas que me custou muito deixá-las, mas que sempre guardarei em meu coração.

RESUMO

Este trabalho visa o levantamento dos documentos da área de educação disponibilizados em domínio on-line pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP no conjunto denominado "Memória da Educação". Tem em vista realizar um estudo do significado e da visibilidade do conjunto de documentos da educação digitalizados no sítio do APESP. Para tanto, inicialmente se explorará a composição geral desse sítio eletrônico, e mais especificamente a dos conjuntos documentais que dele fazem parte: "Imigração em São Paulo", "Memória da Imprensa", "Viver em São Paulo" e "Ultima Hora", trazendo em seguida discussões a respeito das mudanças realizadas pelo texto digital e sobre alguns aspectos ligados aos impactos provocados pelas novas tecnologias no campo da História da Educação, sendo citadas ainda questões em relação à tipologia dos documentos disponíveis nesses conjuntos. Posteriormente se focalizará o "Memória da Educação", descrevendo o seu conteúdo e com apoio de estudos que abordam a História e/ou a Historiografia da Educação, também trazendo discussões a respeito dos documentos que compõem esse acervo digital. Por fim, se buscará dimensionar a visibilidade da educação nesse sítio eletrônico através de comparações com o acervo digital geral e com aspectos do próprio "Memória da Educação".

PALAVRAS-CHAVE: Educação – História; Políticas públicas em educação; Fontes de informações educacionais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1 – Página inicial do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)	1
FIGURA 2 – Página inicial do “Imigração em São Paulo”	9
FIGURA 3 – Página inicial do “Memória da Imprensa”	10
FIGURA 4 – Página inicial do “Viver em São Paulo”	11
FIGURA 5 – Página inicial do “Ultima Hora”	12
FIGURA 6 – Propaganda do “Assucar em tablettes Matarazzo”	20
FIGURA 7 – Página inicial do “Memória da Educação”	24
FIGURA 8 – Primeira página da Revista A Escola, de 1904	34
FIGURA 9 – Primeiro Grupo Escolar de Bauru – Aula de Ginastica. Relatório de 1933	35
FIGURA 10 – Capa da Revista Histórica ano 02, n.º 03, abril de 2001	37

QUADROS

QUADRO 1 – Anuários do Ensino do Estado de São Paulo	25
QUADRO 2 – Relatórios da Instrução Pública: anos disponíveis	29
QUADRO 3 – Publicações disponíveis no site “Memória da Educação”	32
QUADRO 4 – Memória da Educação – Galeria de imagens	36

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição de arquivos por sítio eletrônico	46
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Quantidade de Arquivos no site “Imigração em São Paulo”	44
TABELA 2 – Quantidade de Arquivos no site “Memória da Imprensa”	45
TABELA 3 – Quantidade de Arquivos no site “Viver em São Paulo”	45
TABELA 4 – Quantidade de Arquivos no site “Última Hora”	45
TABELA 5 – Quantidade de Arquivos no site “Memória da Educação”	46
TABELA 6 – Tamanho total dos arquivos do “Memória da Educação”	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – O SÍTIO ELETRÔNICO DO APESP, DOCUMENTOS HISTÓRICOS E AS NOVAS TECNOLOGIAS	7
O sítio eletrônico do APESP: retratos do passado na tela do computador	8
Documentos históricos e as novas tecnologias.....	18
Um olhar sobre o sítio eletrônico do APESP.....	20
CAPÍTULO II – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS: O SÍTIO ELETRÔNICO DO APESP “MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO”	23
O sítio eletrônico “Memória da Educação”	24
Anuários do Ensino do Estado de São Paulo	25
Relatórios da Instrução Pública	29
Publicações.....	32
Destaques e Destaques anteriores.....	34
Galeria de imagens.....	35
Arquivo publicou	36
O “Memória da Educação”, fontes documentais e a História da Educação	38
CAPÍTULO III – A VISIBILIDADE DA EDUCAÇÃO NO SÍTIO DO APESP	43
Comparação quantitativa dos arquivos disponíveis no APESP.....	44
Dimensionando a visibilidade da Educação no sítio do APESP: novas comparações	51
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	60
ANEXOS	65

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa o levantamento dos documentos da educação no acervo digitalizado do sítio eletrônico do Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP¹ e a análise do significado desses. Este sítio eletrônico, cujo acesso ao conteúdo é aberto a todos os usuários da internet, é composto por inúmeros documentos de diferentes épocas da história do estado de São Paulo: documentos públicos (originários das Secretarias do Estado e de outras instâncias administrativas) e também privados, além de fotografias, ilustrações, caricaturas, jornais, revistas entre outros (APESP, [200-]).



FIGURA 1 – Página inicial do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Fonte: Sítio eletrônico do APESP²

Como é possível ver na Figura 1, na página inicial do APESP destacam-se hiperlinks³ que dão acesso a sítios eletrônicos com documentos de diferentes temáticas:

- **Imigração em São Paulo:** contém diversos documentos relacionados à imigração ocorrida no estado no estado durante os séculos XIX e XX.

¹ Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>>. Acesso em: 14 maio 2012.

² Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/index.php>>. Acesso em: 14 maio 2012.

³ Nome dado à imagens ou palavras que possibilitam o acesso a outros conteúdos do próprio ou de outro sítio eletrônico.

- **Memória da Imprensa:** possui jornais e revistas, também dos séculos XIX e XX. As notícias estão divididas por seções, tais como local, nacional, cultura e esportes.

- **Viver em São Paulo:** há diversos documentos relacionados à população paulista de diferentes épocas e lugares, tais como recenseamentos e estatísticas.

- **Última Hora:** há fotografias, negativos, ilustrações e uma coleção de edições do jornal carioca “Ultima Hora”.

Como já foi dito, este trabalho focalizará os documentos da educação disponíveis nesse acervo digitalizado do APESP, cujo conjunto é denominado “Memória da Educação⁴” e encontra-se:

- **Anuários do Ensino do Estado de São Paulo:** são 16 arquivos, datados entre 1907 e 1937. Estes Anuários foram produzidos pela então Diretoria Geral da Instrução Pública (sendo esta subordinada à Secretaria dos Negócios e do Interior) e também pela Diretoria de Ensino (pertencente à Secretaria da Educação e Saúde Pública);

- **Relatórios da Instrução Pública:** no total de 81 arquivos, produzidos entre 1852 e 1945. Estes relatórios foram produzidos pelas Delegacias Regionais de Ensino do estado de São Paulo e reúnem várias informações sobre a situação do ensino público e privado de cidades paulistas;

- **Publicações:** estão disponíveis 40 arquivos, sendo publicações relacionadas a várias temáticas;

- **Destaques e Destaques anteriores:** são quatro documentos de tipos diferentes e conforme informa o site do APESP, de tempos em tempos, um novo é disponibilizado;

- **Galeria de fotos:** são mais de mil fotografias que retratam várias instituições escolares paulistas nas primeiras décadas do século XX.

Tendo em vista a disponibilização desses documentos da educação no acervo on-line do APESP, pode-se problematizar o significado destes arquivos, sendo estes apenas uma parte do que é preservado pelo arquivo público paulista, pois tomando o exemplo dado por Werle (2000, p. 60) sobre sua experiência com organização de documentos históricos em banco de dados digitais:

⁴ Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/>>. Acesso em: 14 maio 2012.

Ora, um Banco de Dados produz um conhecimento na medida em que sua constituição se efetiva por meio de um complexo de operações que modificam o objeto do conhecimento – documentos, imagens, entrevistas. Operações que decorrem de recortes, de escolhas, que consistem na reunião de dados e em sua classificação, na ordenação e colocação de documentos. As operações de concepção e construção de um Banco de Dados decorrem e, de alguma forma deixam ver, o quadro teórico e as questões de investigação do pesquisador.

Como a autora afirma neste trecho, a construção de um banco de dados implica em determinadas concepções, há um quadro teórico pelo qual o pesquisador é orientado, ou seja, existe um ponto de vista em relação à História, às fontes, aos arquivos, aos documentos. Da mesma forma, entende-se que os documentos disponíveis no site do APESP estão pautados em critérios pré-estabelecidos pela instituição que os possui – o que pode ser reforçado pela fala de Von Simson:

(...) sendo que o enorme volume de informações fez surgir instituições especialmente voltadas ao trabalho de seleção, coleta, organização, guarda e manutenção adequada e divulgação da memória de grupos sociais ou da sociedade em geral (...). Eixos definidos de pesquisa devem orientar esse trabalho para que ele possa ser bem realizado e sua fixação em suportes tecnicamente escolhidos. Os eixos que orientam o trabalho variam de instituição para instituição e representam o âmago do exercício de poder, pois correspondem aos objetivos do grupo que a criou e dirige. (2000, p. 65, grifos da autora).

Assim, para se compreender o significado destes arquivos algumas questões podem ser levantadas: Qual a visibilidade desses documentos da educação diante dos demais disponíveis no site do APESP? Que tipo de documentação está sendo disponibilizada? Em que quadro teórico se pauta?

Para se ter noção da visibilidade dos documentos da educação disponíveis no site do APESP, se torna preciso uma análise do dimensionamento desses diante dos demais documentos também disponíveis.

Desta forma, objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso será o levantamento do conjunto de documentos da educação disponíveis no APESP e a análise de seu significado. Em relação aos objetivos específicos, pretende-se realizar um mapeamento geral do conteúdo do sítio eletrônico do APESP e o levantamento de todos os documentos da educação disponíveis nesse sítio e, a partir de um referencial teórico, problematizar o significado desses documentos históricos relacionados à educação.

A disponibilização de documentos da educação em domínio on-line traz questões relacionadas à presença cada vez maior das tecnologias da informação e da comunicação nos mais diversos campos de conhecimento, inclusive o da História da Educação. Discussões

sobre os impactos e dificuldades ao disponibilizar documentos históricos em novos suportes tecnológicos são colocadas.

Como afirma Gondra (2000, p. 4), há uma crescente presença da informática em nosso cotidiano – o que impõe a aquisição de equipamentos, linguagens e conhecimentos específicos – e segundo ele, os pesquisadores da História da Educação não estão isentos das mudanças que este tempo impõe – e por isso, muitos desses já têm voltado suas pesquisas para as questões trazidas por essas novas tecnologias.

Nunes (2000), por exemplo, conta sua experiência no projeto de elaboração de uma Biblioteca Virtual objetivando colocar à disposição em ambiente virtual um repositório de informações de e sobre Anísio Teixeira, tornando acessível a um extenso público a obra desse educador. A autora aponta um sucesso imediato dessa biblioteca virtual, sendo sua grande vantagem, segundo ela, a inserção de textos de Anísio Teixeira até então desconhecidos. Ela também assinala desafios: estabelecer critérios de escolha dos documentos a serem publicados e a forma de disponibilizá-los (digitados ou digitalizados, manter ou não grafia original); criar uma comunidade virtual, ou seja, ampliá-la para além dos pesquisadores e garantir o financiamento público.

Já segundo Vidal (2000), nos últimos 250 anos houve um expressivo crescimento das publicações técnicas e científicas – o que faz com bibliotecas e arquivos necessitem sofisticar cada vez mais seus métodos de catalogação e preservação. Além disso, a preservação de documentos traz altos custos de diversas ordens (pessoal, materiais, tempo).

Diante desse quadro, segundo ela, recursos tecnológicos, tais como scanners, programas de leitura e deciframento de textos-imagem, se tornam uma opção interessante por possibilitar economia de espaço físico, a leitura de documentos por pesquisadores em espaços além de bibliotecas e arquivos e de certa forma, a democratização da informação quando um número maior de leitores pode ter acesso a esses documentos.

Contudo, uma advertência também por ela é feita: “os perigos da nova tecnologia, seus desafios, estão relacionados à sua rápida obsolescência” (p. 35), ou seja, determinados equipamentos rapidamente são substituídos por novas invenções, assim, o acesso a um documento sendo mediado por uma máquina, pode ser prejudicado caso ela deixe de existir.

O banco de dados Projeto de Estudos e Documentação Educação e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro é mais um exemplo do uso das novas tecnologias para disponibilização de documentos históricos em ambiente virtual (FÁVERO, 2000) e a

socialização e disseminação de fontes primárias e secundárias para a pesquisa em História da Educação é um dos benefícios citados.

Na concepção de Freitas (2000), o contato com o material de um arquivo “baixado” nunca terá a mesma qualidade de um impresso original, porém “o novo suporte pode dar acesso a uma gama de informações de outra forma inacessível” (p. 122).

Há também autores que não desqualificam as vantagens oferecidas pelos novos recursos tecnológicos na preservação e disponibilização de documentos, mas recomendam cautela em relação a eles, “Entretanto, não podemos esquecer que a máquina não substitui o homem e que seu papel consiste sobretudo em socializar o conhecimento pelo homem” (PEIXOTO, 2000, p. 87), o que é igualmente lembrado por Amorim (2000, p. 92): “Subestimar as novas tecnologias pode ser um erro. Superestimá-las pode ser fatal”. Lombardi também afirma:

(...) não se pode mistificar e/ou superestimar o uso das novas tecnologias informáticas e das comunicações no trabalho da pesquisa histórica (também da educação). Elas são importantes auxiliares do homem no desenvolvimento de seu trabalho (...). (2000, p. 138, grifo do autor)

Enfim, todos esses autores apontam vantagens, dificuldades e novas possibilidades trazidas pelas novas tecnologias na pesquisa em História da Educação e também acreditam que estar alheio a tudo isso é praticamente impossível.

A relevância deste estudo se dá então pela busca de se conhecer e problematizar ainda mais essa forma de disponibilização on-line de documentos históricos da educação tendo em vista ser esta uma tendência do presente tempo, procurando assim, se inserir nas discussões que têm sido promovidas em torno da temática.

E estudar essa iniciativa também se torna relevante pela importância desses arquivos estarem disponíveis em ambiente on-line, possibilitando o acesso a eles a partir de diversos lugares por um número maior de pessoas interessadas na temática e possivelmente contribuindo também para novas pesquisas em História da Educação ao permitir o contato com fontes primárias, enfim, pelos aspectos aqui já apontados em relação à utilização das novas tecnologias.

Ou seja, a possibilidade de ter acesso a esses documentos relacionados à educação através do sítio eletrônico do APESP traz ainda a questão do retorno às fontes em História da Educação e para esta discussão sobre fontes serão trazidas principalmente as contribuições de Nunes e Carvalho (1993), Nunes (1990), Vidal e Faria Filho (2003).

Ao se falar em arquivos e fontes, se torna importante lembrar também do triplo poder ou poder polivalente que os envolve do qual fala Le Goff⁵ (1984 apud NUNES, 1990; NUNES; CARVALHO, 1993; GONDRA, 2000): o poder do doador – que seleciona o que irá doar e pode impor exigências à instituição que receberá os documentos, o do organizador – que se dá pelas formas de acolhimento, preservação, classificação e disponibilização e do pesquisador – que vinculado a uma determinada instituição, submete-se às exigências e privilégio dessa.

A realização deste trabalho estará baseada em uma abordagem qualitativa, do tipo descritiva. Para tanto, será feito mapeamento geral do conteúdo do sítio eletrônico do APESP, especificamente dos conjuntos documentais “Imigração em São Paulo”, “Memória da Imprensa”, “Viver em São Paulo” e “Ultima Hora”, procurando apreender as principais características desses. Posteriormente se fará o levantamento dos documentos da educação disponíveis no “Memória da Educação” – realizando o download e salvando em CD-ROMs todos os documentos (exceto as fotografias), tabulando-os posteriormente. A partir deste levantamento se analisará esse conjunto de documentos da educação, apoiando-se em referenciais teóricos relacionados à História e Historiografia da Educação. Finaliza-se com o dimensionamento da visibilidade da educação nesse acervo digital.

Assim, no primeiro capítulo deste trabalho, será feita a descrição geral de todo conteúdo do site do APESP, buscando analisar o alcance desse acervo digitalizado.

No segundo, serão focalizados os documentos da educação disponíveis no site do APESP do conjunto denominado “Memória da Educação”.

No terceiro e último será feita a análise da visibilidade da educação no sítio eletrônico do APESP. Por fim, serão trazidas algumas considerações sobre a realização de todo este percurso.

⁵ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984.

CAPÍTULO I – O SÍTIO ELETRÔNICO DO APESP, DOCUMENTOS HISTÓRICOS E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Vivemos um tempo de rápido avanço tecnológico, as novas tecnologias⁶ da informação e da comunicação passam a estar presentes em todos os âmbitos da vida e estão sempre a ganhar mais importância.

O sítio eletrônico do APESP faz parte dessa atual tendência que além da preservação de documentos históricos com uso de recursos tecnológicos, traz por intermédio da internet, a possibilidade de acesso a eles a partir de qualquer lugar do mundo, e como afirma Vidal:

Recusar o produto eletrônico é, hoje, uma impossibilidade. Não apenas porque cresce vertiginosamente seu mercado, mas porque a linguagem digital tem permitido a construção de outras práticas de escrita e leitura, que oferecem maneiras novas de organizar, hierarquizar e distribuir a informação e combinações de estímulos visuais e sonoros impensáveis para o suporte papel. (2000, p. 36, grifos da autora)

Sendo assim, não se trata apenas de uma simples “transposição” de um suporte para o outro, do material para o digital, pois esse processo envolve desafios, escolhas, dilemas e também vem a impor novas formas de interação com o escrito – o que pode ser percebido através da fala de Nunes (2000) ao relatar sua experiência de consultora no projeto de elaboração da Biblioteca Virtual (BV) Anísio Teixeira:

(...) qual o critério de escolha de um intelectual para que sua obra seja veiculada por uma BV? Seria o caso de se deixar acessível acervos de intelectuais mais seriamente ameaçados pelo risco de perda e destruição? Como realizar uma trajetória atraente, de leitura ágil e, ao mesmo tempo, não simplificadora, sem caráter laudatório ou de simples cultivo à personalidade? (p. 25).

E como acrescenta Gondra (2000, p. 7),

O emprego dos novos suportes na pesquisa histórica constitui-se em uma imposição do tempo presente não devendo, contudo, restringir-se à dimensão técnica, nem ficar restrito a uma única área de conhecimento. A presença ativa do pesquisador da área, estabelecendo interfaces com outros campos disciplinares parece indicar uma referência que deveria pautar a relação com os novos suportes.

⁶ Ao falarmos em novas tecnologias, na atualidade, estamos nos referindo, principalmente, aos processos e produtos relacionados com os conhecimentos provenientes da eletrônica, da microeletrônica e das telecomunicações. Essas tecnologias caracterizam por serem evolutivas, ou seja, estão em permanente transformação. Caracterizam-se também por terem uma base imaterial, ou seja, não são tecnologias materializadas em máquinas e equipamentos. Seu principal espaço de ação é virtual e sua principal matéria-prima é a informação. (KENSKI, 2007, p. 25).

Ou seja, o uso das novas tecnologias na área de História da Educação deve levar em consideração as especificidades do campo. A disponibilização on-line de documentos históricos, por exemplo, não se limita a um trabalho técnico uma vez que envolve questões relacionadas à preservação e conservação documental e, portanto, concepções de história e de documento. Por isso, tal como afirma Vidal (2000), geralmente, os profissionais que criam a mídia eletrônica, voltam-se mais para as demandas do mercado do que para os cuidados da produção acadêmica, sendo necessário:

Buscar profissionais sensíveis às questões da preservação da memória e dispostos a reavaliar suas práticas de trabalho impõe estabelecer diálogos em que o historiador também se permite o desafio de compreender as novas tecnologias e de reavaliar os supostos do seu campo de atuação (VIDAL, 2000, p. 39).

Desta forma, diversas discussões podem ser levantadas em relação ao uso de novas tecnologias no campo da pesquisa histórica, sendo que neste capítulo, pretende-se abordar algumas destas.

Inicia-se com uma descrição geral de todo conteúdo do sítio eletrônico do APESP, apresentando em seguida as contribuições de Chartier (1999a; 1999b) e de Darnton (1986) na intenção de se compreender as alterações trazidas pelo texto eletrônico no processo de leitura, problematizando a sua história.

E analisando o uso das novas tecnologias na preservação, conservação e divulgação de documentos históricos, estabelece-se ainda uma discussão em relação ao impacto por elas trazido. Finalmente, são citadas também questões em relação à composição do site do APESP, as possibilidades proporcionadas pelo seu conteúdo.

O sítio eletrônico do APESP: retratos do passado na tela do computador

O acesso ao conteúdo do sítio eletrônico do APESP é aberto a todos os usuários da internet. Em sua página inicial são encontradas notícias, divulgação de publicações digitais, informações institucionais e diversas sobre o site e sobre o Arquivo Público do Estado de São Paulo (“Apresentação”, “Histórico”, “O arquivo em números”, “Legislação arquivística”, “Publicações técnicas”, “Guia do arquivo”, entre outros).

Há também hiperlinks que dão acesso a portais externos e que possuem ligação com o APESP, tais como o “Projeto Memórias Reveladas”, “Memória do Imigrante” e o “Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações”. Assim, a

documentação presente neste site é bastante diversificada, mas como afirma Bacellar (2009, s./p.) em relação a todo conteúdo físico do APESP: “são uma pequena amostra do acervo preservado”.

Além desses, destacam-se cinco hiperlinks principais também encontrados na página inicial do APESP e que dão acesso a sites com documentos de diferentes temáticas, que são: “Imigração em São Paulo”, “Memória da Imprensa”, “Viver em São Paulo”, “Ultima Hora” e o “Memória da Educação” – do qual será falado mais à frente.

O sítio eletrônico “Imigração em São Paulo⁷” (Fig. 2) contém diversos documentos relacionados à imigração ocorrida no estado no Estado durante os séculos XIX e XX.



FIGURA 2 – Página inicial do “Imigração em São Paulo”

Fonte: Sítio eletrônico do APESP⁸

Esse site possui “Galeria de imagens” (diversas fotografias que retratam o cotidiano de imigrantes no estado de São Paulo), “Relatórios Anuais da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (relatórios de 1892 a 1946)”, “Estatísticas” (são cinco gráficos com estatísticas do fluxo de imigração ocorrido em São Paulo nos séculos XIX e XX), “Textos Publicados” (artigos a respeito da imigração da Revista Histórica, publicação bimestral do APESP), “Listas de Bordo” (de 1854 a 1962), “Documentos pessoais” (cartas, carteiras de identidade, passagens, entre outros), “Imprensa” (diversos exemplares de jornais feitos e destinados a imigrantes), “Exposição virtual” (dá acesso à exposição “A Imigração no Estado de São Paulo [1880-1920]”) e “Busca por nome” (documentos de Núcleos Coloniais).

⁷ Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/>>. Acesso em: 14 maio 2012.

⁸ Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/>>. Acesso em: 14 maio 2012.



FIGURA 3 – Página inicial do “Memória da Imprensa”
Fonte: Sítio eletrônico do APESP⁹

Já o “Memória da Imprensa¹⁰” (Fig. 3), possui exemplares de jornais e revistas, também dos séculos XIX e XX. As notícias são divididas por seções, tais como local, nacional, cultura e esportes. Segundo as informações disponíveis na página inicial do site, a cada três meses uma edição é lançada com um conjunto de diferentes jornais e revistas, mas pertencente à mesma época. Os conjuntos são divididos pelos seguintes períodos:

- 1º – século XIX e início do século XX (publicações até de 1910)
- 2º – 1911 a 1920
- 3º – 1921 a 1930
- 4º – 1931 a 1940
- 5º – 1941 a 1950
- 6º – 1951 a 1960
- 7º – entre 1961 e final dos anos 1970

Há exemplares digitalizados das revistas Panoplia, A Cigarra, O Echo, Ilustração Paulista, e também dos jornais Correio Paulistano, O Combate, As Novidades. Também são disponibilizados anúncios publicitários de cada época.

O site “Viver em São Paulo¹¹” (Fig. 4) possui diversos documentos relacionados à população paulista de diferentes épocas e lugares, tais como recenseamentos e estatísticas. Os hiperlinks que o compõe são: “Recenseando São Paulo” em que está disponível um conjunto documental denominado “Os Maços de São Paulo” que “formam uma extensa série

⁹ Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriaimprensa/>>. Acesso em: 14 maio 2012.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriaimprensa/>>. Acesso em: 14 maio 2012.

¹¹ Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/>>. Acesso em: 14 maio 2012.

documental de caráter censitário produzida entre 1765 e 1850, abrangendo a totalidade da população da Capitania e depois Província de São Paulo¹²”; “Periódicos” em que estão disponíveis números de periódicos que retratavam a vida paulistana (Correio da Semana, A Lua, Vida Moderna e Vida Paulista).



FIGURA 4 – Página inicial do “Viver em São Paulo”

Fonte: Sítio eletrônico do APESP¹³

Há também os hiperlinks “Estatísticas”, “Galeria de Fotos”, “Publicações” e “O Poder e o Cotidiano”, que:

Nesse segmento do site, apresentamos o resultado do projeto “**Memórias Paulistas: preservação e disponibilização de ofícios diversos de São Paulo (1822-1919)**”, que teve sua efetivação garantida com a parceria firmada com o Ministério da Justiça – Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD). O banco de dados – expressão de um trabalho que compreendeu etapas como conservação dos documentos, organização arquivística, alimentação da base virtual, digitalização e microfilmagem – possibilita acesso às correspondências recebidas pelo governo de São Paulo entre os anos de 1822 e 1921. Na maioria das vezes, os ofícios são dirigidos aos presidentes das Províncias, aos governadores do Estado, às autoridades da Administração Pública, às Câmaras Municipais, aos funcionários públicos, entre outros¹⁴. (Grifos do original)

E ainda, “Cortijos Sta. Ephigenia” que contém “fichas de coleta de informações da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortijos no districto de Sta. Ephigenia, inclusas no Relatório por ela produzido em 1893 ao Secretário de Negócios do

¹² FONTE – <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

¹³ Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/>>. Acesso em: 14 maio 2012.

¹⁴ FONTE – <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/poder.php>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

Interior doutor Cesário Mota¹⁵” e “Memória da Escravidão” com documentos referentes à escravidão em São Paulo e em outros lugares do país.

Em relação ao site “Ultima Hora¹⁶” (Fig. 5), este é formado por um conjunto de fotografias, negativos, ilustrações e uma coleção de edições do jornal carioca “Ultima Hora”.



FIGURA 5 – Página inicial do “Ultima Hora”

Fonte: Sítio eletrônico do APESP¹⁷

Os hiperlinks desse site são:

- Jornais: com edições do Jornal Ultima Hora de 1955 a 1969;
- Ilustrações: contém charges, caricaturas, desenhos, etc.
- Temas na UH: são colocados periodicamente edições do “Ultima Hora” que abordam um determinado tema, como por exemplo, a Copa do Mundo.
- Galeria: há diversas fotos que retratam diferentes momentos da história do Brasil

Há também os hiperlinks “Arquivo publicou”; “Fotografias” e “Tratamento no acervo”.

Percebe-se que no sítio eletrônico do APESP há a opção de se disponibilizar os arquivos na íntegra, digitalizados e no formato PDF¹⁸, e como afirma Werle (2000, p. 57) sobre a digitalização:

¹⁵ FONTE – <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/poder.php>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/>>. Acesso em: 14 maio 2012.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/>>. Acesso em: 14 maio 2012.

¹⁸ Portable Document Format – Formato portátil para documentos que possui o mesmo aspecto de um documento impresso.

Esta forma de tratar o documento é frutífera por capturar não apenas o conteúdo do documento mas também sua materialidade possibilitando o acesso a elementos que desaparecem com a digitação tais como a organização das informações no papel, a caligrafia, as marcas d'água, brasões, manchas (...)

Contudo, “Ao ser scaneado o documento perde características, não havendo possibilidade de comunicar com clareza a espessura do papel e outros elementos advindos do toque direto do mesmo” (WERLE, 2000, p. 57-58). Também pode haver dificuldades para ter acesso a muitos documentos uma vez que por serem digitalizados, se tornam arquivos muito “grandes” e dependendo da velocidade da internet de quem acessa, pode haver demora até conseguir “baixá-los”. Porém, mesmo com essas ressalvas, não pode ser menosprezada a vantagem de que se tendo um computador ligado à rede, é possível ter “contato” com diversos documentos de várias épocas, relacionados à história do Estado de São Paulo, a qualquer momento.

O que também pode ser questionado é como se dá a leitura desses documentos no formato digital. Tendo o equipamento e materiais necessários, há a opção de imprimi-los ou então lê-los na tela do computador – mas especificamente em relação a esta última possibilidade, trata-se de uma experiência muito diferente do que se ter em mãos documentos em seus suportes originais? Estudos de Chartier (1999a; 1999b) podem ajudar a responder a questão.

Chartier (1999b, p. 95) ao abordar a “transformação radical nas modalidades de produção, de transmissão e recepção do escrito” – trazida pelo texto eletrônico – fala da trajetória do escrito até chegar à tela do computador. O autor aponta três mutações ou revoluções que se destacam na história do livro.

Uma delas, Chartier (1999b) define como técnica – a invenção da imprensa pelo alemão Johannes Gutenberg (1398-1468) no século XV – sendo uma opção a mais além da cópia manuscrita, o único recurso disponível na época para a fabricação de textos. Contudo, ele faz algumas objeções em relação a esta “suposta revolução”:

É claro, antes de mais nada, que em suas estruturas essenciais o livro não foi modificado pela invenção de Gutenberg. Por um lado, o livro impresso mantém-se fortemente dependente do manuscrito até por volta de 1530, imitando-lhe a paginação, as escrituras, as aparências e, sobretudo, considerando-se que ele deve ser acabado à mão (...). (CHARTIER, 1999b, p. 96).

E, principalmente, porque a estrutura do códex se mantém: “Tanto um como outro são objetos compostos de folhas dobradas um certo número de vezes, o que determina o formato do livro e a sucessão dos cadernos” (CHARTIER, 1999a, p. 7). Sendo assim, mesmo

não desqualificando a importância da invenção de Gutenberg, Chartier afirma que não houve uma ruptura tão brusca entre a cultura do manuscrito e a do impresso, que esta primeira por muito tempo resistiu – até por volta dos séculos XVIII e XIX. Em contestação a ideia de revolução iniciada pela invenção da imprensa, Chartier também cita a técnica oriental da xilogravura, que segundo ele já existia nos séculos VIII ou IX.

Desta maneira, na visão de Chartier, a revolução do texto eletrônico é semelhante à revolução trazida pela invenção do códex que substituiu o livro em formato de rolo, pois as duas trouxeram inovações notáveis principalmente em relação à forma em que se dá o processo de leitura. Com o códex, a manipulação do livro se tornou mais fácil, tornou possível a paginação, comparações entre diferentes passagens e trouxe também mais liberdade ao leitor, já que com o rolo, segundo Chartier, era impossível que o leitor escrevesse e lesse ao mesmo tempo:

(...) para ser desenrolado e lido, um rolo tinha que ser segurado com as duas mãos: logo, como o mostram os afrescos e baixos-relevos, era impossível para o leitor escrever ao mesmo tempo em que lia, daí a importância do ditado em voz alta. É com o códex que o leitor conquista a liberdade: pousado sobre uma mesa ou escrivaninha, o livro em cadernos não exige mais a total imobilização do corpo. Em relação a ele, o leitor pode distanciar-se, ler e escrever ao mesmo tempo, indo ao seu bel-prazer, de uma página à outra. (CHARTIER, 1999b, p. 102)

Mas sendo a tela do computador substituta do códex, Chartier (1999b) afirma há uma transformação maior, pois toda forma de lidar com o escrito se modifica: há uma nova forma de organização, de estruturação e de acesso.

Então, segundo ele, torna-se necessário compreender a história da leitura, uma vez que “A revolução do texto eletrônico será ela também uma revolução da leitura. Ler sobre a tela não é ler sobre o códex” (CHARTIER, 1999b, p. 100), ou seja, as mudanças trazidas pelo texto eletrônico acarretam em “novas maneiras de ler, novas relações com a escrita, novas técnicas intelectuais” (ibidem, p. 101). Essa afirmação de Chartier vem de encontro com o que diz Darnton sobre a história da leitura:

(...) nada seria mais equívoco, numa tentativa de recapturar a experiência da leitura no passado, do que a crença de que as pessoas sempre leram da maneira como fazemos hoje. Uma história da leitura – se, algum dia, for escrita – registrará o elemento estranho na maneira como o homem entendeu o mundo. Porque a leitura, ao contrário da carpintaria ou do bordado, não é meramente uma habilidade; é uma ativa elaboração de significados dentro de um sistema de comunicação. (DARNTON, 1986, p. 278-279).

Ou seja, além das mudanças que ocorrem nos suportes em que o escrito circula, cada contexto histórico também é marcado pela forma como as pessoas se relacionam com a leitura

e a escrita, pois trata-se de uma manifestação cultural – hoje mesmo se tendo acesso a textos que resistiram a séculos, a experiência de leitura nunca será igual.

Darnton (1986) afirma que compreender como se lia em um passado longínquo trata-se de uma tarefa não muito fácil já que esses leitores não existem mais, contudo essa barreira pode ser superada recorrendo-se a bibliotecas ou arquivos que tenham guardado algum tipo de relato de leitores do passado. Um exemplo disso é o seu estudo (DARNTON, 1986) sobre as cartas de um comerciante francês e ávido leitor do século XVIII, Jean Ranson, a uma editora suíça, a Sociéte Typographique de Neuchâtel (SNT), cartas que além de pedidos de livros, continham relatos de Ranson sobre o que lia e sobre sua vida pessoal.

Darnton (1986), analisando o conteúdo das cartas de Ranson, mostra algumas diferenças entre o leitor dessa época e os leitores de hoje, tal como o que ele chama de “consciência tipográfica”, pois o comerciante francês frequentemente escrevia sobre os aspectos físicos dos livros: questões sobre impressão, encadernação e qualidade do papel. Darnton enfatiza que Ranson não era o único da época que se atentava a isso:

Comentários assim eram comuns no século XVIII. A SNT, frequentemente, recebia cartas de clientes que se queixavam da impressão negligente e de livreiros preocupados com a possibilidade de que a escolha de um olho de tipo ou da qualidade do papel tornasse um livro invendável (DARNTON, 1986, p. 287)

Essa consciência tipográfica, segundo Darnton, desapareceu, já que na atualidade os livros são produzidos em massa para um público maciço e antes eram produzidos à mão e individualmente. Mas o que também vem a se destacar no que escrevia Ranson à SNT era o seu interesse pelas obras de Jacques Rousseau (1712-1778) e que revelam como leitores da época se relacionavam com a leitura.

Nas cartas em que Ranson falava sobre Rousseau, demonstrava que as obras do filósofo que lia o orientava em todos os aspectos de sua vida, como por exemplo, na criação de seus filhos – ele pedia livros em que o autor abordasse o tema, e “Este comportamento expressava uma nova atitude para com a palavra impressa. Ranson não lia para gozar a literatura, mas para lidar com a vida e, especialmente, a vida familiar, exatamente como pretendia Rousseau” (DARNTON, 1986, p. 308). E analisando também diversas cartas de outros leitores a Rousseau, mais uma vez Darnton demonstra que essa não era uma atitude exclusiva de Ranson.

Livros de Rousseau tal como o romance *La Nouvelle Héloïse* eram intensamente lidos na época e se tornavam parte da vida das pessoas:

É verdade que os homens de letras mais sofisticados, defensores obstinados da correção, como Voltaire e Grimm, achavam o estilo sobrecarregado e o assunto desagradável. Mas os leitores comuns de todos os escalões da sociedade perderam a cabeça. Choravam, sufocavam, vociferavam, examinavam em profundidade as suas vidas e decidiam viver melhor, depois aliviavam seus corações com mais lágrimas (...) (DARNTON, 1986, p. 310)

Realmente tal como afirma Darnton, Rousseau tinha a pretensão de que seus escritos influenciassem o cotidiano de seus leitores, que eles vivessem o que liam, – nos prefácios de seus livros orientavam essa forma de ler – e as cartas que recebia deles indicavam que havia atingido o seu objetivo. Na concepção de Darnton, esse fato demonstra a distância entre os leitores da época e os atuais já que as atitudes desses primeiros em relação a um livro se tornaram praticamente impensáveis hoje, a forma como *La Nouvelle Héloïse* emocionou a tantos no passado, dificilmente algum dia será a mesma.

Este é só um exemplo na história da leitura, retratam leitores franceses do período anterior à Revolução, mas ajuda a compreender como a leitura se transforma a cada contexto histórico e social quando se observa diversos contrastes entre os leitores de diferentes épocas.

A partir dessa constatação, pode se compreender então que o texto eletrônico, ao trazer o escrito em um formato tão diferente do que existia até a sua invenção, realmente implica em diversas mudanças na prática da leitura, tal como afirma Chartier (1999a; 1999b). Algumas transformações por ele são apontadas.

O autor diz que se o impresso impõe sua materialidade, pois quem o lê dificilmente pode fazer alguma alteração, o texto eletrônico permite ao leitor indexá-lo, copiá-lo, recompô-lo e até mesmo construir um novo texto juntando fragmentos recortados. Mas ele também enfatiza que estas possibilidades podem se chocar com a questão do direito autoral, estabelecido, segundo ele, desde o século XVIII.

O texto eletrônico também pode tornar possível a criação de uma “biblioteca universal” – um sonho antigo da humanidade – afirma Chartier, ou seja, mesmo sem sua materialidade, um texto sendo convertido ao formato digital, poderá chegar a qualquer leitor que tenha o equipamento que é preciso para acessá-lo (um exemplo é o Google Livros¹⁹ [Google Books] – que gratuitamente disponibiliza na internet milhões de títulos): “Todo leitor, onde estiver, sob a condição de estar diante de um visor de leitura conectado à rede que assegura a distribuição de documentos informatizados, poderá consultar, ler, estudar qualquer texto, independentemente de sua localização original” (CHARTIER, 1999b, p. 104). Apesar

¹⁹ Para saber mais: <<http://books.google.com.br/intl/pt-BR/googlebooks/about.html>>. É importante ressaltar que nem todos os livros disponíveis podem ser visualizados integralmente, muitos possuem restrições por questões de direitos autorais.

de que questões tais como os diferentes idiomas e os direitos autorais, como já foi citado, ainda necessitam ser pensadas, uma vez que podem ser barreiras a uma total acessibilidade.

O leitor do texto eletrônico também se torna mais livre porque é permitida uma distância corporal maior em relação ao escrito (CHARTIER, 1999a). Há ainda uma revolução no modo de produção e reprodução de textos, pois podem desaparecer as noções de autor, editor e distribuidor, já que com os dispositivos da informática, uma mesma pessoa pode fazer todas as coisas (ibidem). Chartier ainda afirma que pode ser transformado até mesmo o papel do crítico, sendo ampliado e reduzido ao mesmo tempo, pois com espaços de discussões na internet, tais como fóruns on-line, qualquer pessoa pode emitir suas opiniões sobre um determinado texto.

Chartier levanta ainda muito mais discussões em torno das implicações trazidas pelo texto eletrônico: as semelhanças com o projeto enciclopédico iluminista, possível desaparecimento dos periódicos impressos, questões econômicas, entre outras (ibidem). Mas será que o texto eletrônico substituirá totalmente impresso ou o manuscrito? Obviamente esta é uma pergunta que hoje não pode ser respondida. Mas Chartier (1999b) indica pontos a serem pensados.

Realmente, segundo ele, a mudança do códex para a tela traz possibilidades, mas questiona se essa não seria também uma forma de violência contra textos ao serem separados “de formas que contribuíram para construir as suas significações históricas” (p. 106). Ele afirma então que duas exigências são colocadas: uma é a necessidade de se acompanhar a notável mudança que tem revolucionando as formas de comunicação e recepção da escrita com uma reflexão histórica, jurídica e filosófica. Isso realmente se torna preciso porque talvez nem normas, concepções e práticas já estabelecidas correspondam às demandas que as inovações tecnológicas impõem.

A outra exigência é que na “biblioteca do futuro” haja espaço tanto para a cultura escrita como já existiu e o que se tornou, pois: “A representação eletrônica de todos os textos cuja existência não começa com a informática não deve, em absoluto, significar o abandono, o esquecimento, ou pior, a destruição de objetos que foram os seus suportes” (CHARTIER, 1999b, p. 107).

Enfim, essas são algumas contribuições que ajudam a refletir sobre as implicações do texto eletrônico na experiência da leitura e que podem ser constatadas através do contato com o site eletrônico do APESP. Mas o que as novas tecnologias têm proporcionado ao trabalho

com documentos históricos? Experiências na área podem ajudar a retratar o que tem se estabelecido.

Documentos históricos e as novas tecnologias

Por intermédio da rede mundial de computadores, o APESP disponibiliza diversos tipos de documentos para quem tiver interesse, acessá-los – e essa disponibilização eletrônica relaciona-se com um quadro que tem se esboçado pelo uso de novas tecnologias no trabalho com documentos históricos.

Há unanimidade entre muitos autores sobre os benefícios que as novas tecnologias proporcionam na preservação, na conservação e na maior divulgação de documentos históricos (GONDRA, 2000; NUNES, VIDAL, 2000; VON SIMSON, 2000; PEIXOTO, 2000), como também a impossibilidade de ignorar o uso dessas. Gondra afirma:

Era digital, tempo real, hipertextos, mundo eletrônico e sociedade em rede. Um novo vocabulário e a gramática a ele associada constituem-se em elementos que caracterizam e, em certa medida, definem o tempo presente, indicando deslocamentos operados a partir da presença e impacto da informática no cotidiano dos indivíduos. (2000, p. 4)

E completa: “Como se pode depreender desse quadro, a tecnologia da informática já se encontra presente em espaços até pouco tempo sequer imaginados, redesenhando procedimentos, instalando novas demandas, exigências e sonhos” (GONDRA, 2000, p. 4), ou seja, trata-se de uma presença cada vez mais imperativa na sociedade em geral e que vem a alterar práticas e comportamentos, e também a forma de lidar com documentos históricos.

A questão da preservação e da conservação de documentos históricos é para muitos autores, motivo de preocupação, devido ao fato de que muitas vezes, em nosso país, tratar-se de um grave problema:

Com relação aos dados, onde encontrá-los? Todos nós que nós que nos dedicamos à pesquisa histórica já passamos pela angustiante experiência de não encontrá-los pelo descuido intencional, sistemático e criminoso com que acervos da História e da memória da Cultura e da Educação brasileiras vêm sendo dilapidados em nosso país. (NUNES, 1990, p. 38)

E como também afirma Amorim: “Podemos afirmar que a produção intelectual brasileira tem sido prejudicada pela desorganização dos órgãos de documentação. Quantas pesquisas foram inviabilizadas porque os documentos encontravam-se desordenados e dispersos” (2000, p. 90).

Essa mesma autora defende que as novas tecnologias podem proporcionar formas mais simples de se ter acesso a informações sobre um determinado documento por meio de instrumentos de busca informatizados: “A utilização das novas tecnologias possibilitará aos arquivos, bibliotecas e museus oferecerem ao pesquisador, de forma mais ágil e eficiente, os documentos para subsidiar a construção da história em seus múltiplos aspectos.” (AMORIM, 2000, p. 90). Elas ainda, segundo a autora, possibilitam a preservação do suporte original, uma vez que ao digitalizá-lo, por exemplo, diminui a necessidade de contato manual que pode comprometer a durabilidade do documento.

O uso de novas tecnologias para disponibilização de documentos históricos, como no caso do APESP, promove também o encurtamento de distâncias, como assinalado por Chartier (1999b). Amorim (2000), por exemplo, nos traz a experiência do Arquivo Geral das Índias.

Segundo a autora, essa instituição criada em 1785, tinha por objetivo reunir documentos relacionados à colonização espanhola na América. Contudo, com o passar dos anos, já não havia espaço físico suficiente para receber todos os documentos de outras instituições (e muitas também desejavam continuar tendo a posse de determinados documentos). A solução encontrada foi a digitalização dos documentos que estavam nessas outras instituições e disponibilizando-os em 2500 CDs que poderiam ser consultados nas salas de leitura da instituição, sendo finalmente possível a concretização de um arquivo geral.

Nesse mesmo trabalho, a autora também aponta que outra vantagem proporcionada pelo uso da informática é a possibilidade de um pesquisador ter acesso a um acervo sem se deslocar fisicamente até onde ele está guardado por intermédio do computador conectado à internet. É uma forma de se difundir a informação, mais pessoas – pesquisadores ou não – podem ter acesso a diversos documentos na busca de conhecimento sobre o passado.

Enfim, preservação e conservação do suporte original, economia de espaço físico, acesso à informação, encurtamento de distâncias – esses são alguns aspectos que podem ser apontados sobre os que as novas tecnologias têm proporcionado ao trabalho com documentos históricos.

Contudo, mais uma vez pode ser lembrada a advertência feita por Vidal (2000) sobre a questão da obsolescência das tecnologias, ou seja, hoje, mais do que nunca, determinados equipamentos tecnológicos rapidamente são substituídos por novas invenções, o que agora é mais inovador, em pouco tempo pode ser considerado ultrapassado com o surgimento de uma nova invenção e parar de ser produzido ou que é necessário para o seu pleno uso. Assim, o acesso a um documento sendo mediado por uma máquina, pode ser prejudicado caso ela deixe

de existir, sendo necessária sempre uma cautela em relação a esse fato ao se adotar o uso de uma (mas sempre haverá como se prevenir?).

E depois de todas estas considerações, resta ainda estabelecer uma discussão que focalize o conteúdo site do APESP, pensando em suas características e também nas possibilidades que por ele são proporcionadas.

Um olhar sobre o sítio eletrônico do APESP

Em relação ao sítio eletrônico do APESP, de forma geral, o que se destaca é a facilidade que este proporciona ao possibilitar o acesso on-line a diversos documentos históricos de diferentes temáticas.

E sobre o conteúdo dos quatro sítios eletrônicos temáticos do APESP apresentados – Imigração em São Paulo, Memória da Imprensa, Viver em São Paulo e Última Hora –, de forma geral, pode-se constatar que os tipos de documentos disponíveis são diversos, além de documentos oficiais, há cartas, fotografias, documentos pessoais tais como carteiras de identidades e passaportes de imigrantes, listas de bordo, jornais e revistas dos séculos XIX e XX, propagandas, charges, mapas, entre outros.



FIGURA 6 – Propaganda do “Assucar em tablettes Matarazzo”, Revista A Cigarra, 1921
Fonte: Sítio eletrônico do APESP²⁰

²⁰ Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriaimprensa/imagens/CI192612290.jpg>>. Acesso em: 13 ago. 2012

A necessidade de se buscar fontes documentais diferentes das já consagradas – especialmente o documento escrito e oficial – é algo que há tempos vem sendo apontado por pesquisadores do campo da História. Nunes e Carvalho afirmam:

A necessidade que o historiador percebe de desconstruir certas representações, forjadas no âmbito do imaginário da produção acadêmica, volta-se imediatamente para a concepção de documento, forjada pela escola positivista, em pleno XIX. Graças a ela temos privilegiado desmesuradamente documentos escritos (textos) (...) (1993, p. 32).

As autoras então lembram que essa concepção de documento tem sido ampliada principalmente pela influência dos historiadores da Escola dos Annales – “Há de tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem, ou de qualquer outra maneira” (LE GOFF²¹, 1992 apud FÁVERO, 2000, p. 103).

A partir disso então caberá ao historiador interpretar esses documentos, pois sozinhos eles não falam por si, há a necessidade de abordá-los e interpretá-los, procurando compreender o pensamento que há por detrás deles, ancorado em uma base teórica (FÁVERO, 2000). E como Nunes (1990) afirma, interpretar documentos é traduzi-los, e esta tradução está inserida num horizonte finito, “num solo de pré-compreensões, cujo alargamento não se dá apenas pela vontade do sujeito que pesquisa, mas pelo avanço e rumos que assume o conjunto da produção no qual o seu trabalho se insere” (ibidem, p. 40). Sendo assim, pode-se pensar nas possibilidades proporcionadas pelos documentos disponíveis no site do APESP, se deles podem ser levantadas novas questões a serem pesquisadas ou então procurar por novos rumos para os estudos que já existem: “Alguns desses “papéis” poderão, sem dúvida ser prenúncios de “novos fatos”, ajudando-nos a reavaliar interpretações correntes, a refutá-las ou precisá-las” (ibidem, p. 38).

Nesses quatro sites do APESP há de se destacar também a existência de projetos que são elaborados para a disponibilização de documentos no site do APESP e que, portanto, evidenciam a ação de pessoas, de sujeitos em sua constituição. Estes são alguns exemplos de projetos já concluídos, em andamento, ou só aprovados, no sítio eletrônico do APESP outros mais podem ser conhecidos²²:

- **Última Hora – Preservação e Acesso ao Acervo Digitalizado:** feito em parceria com a AMD Processadores. O projeto, “consiste na digitalização de todos os exemplares do

²¹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

²² Acessando: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/ins_projetos.php>.

jornal Última Hora – Rio de Janeiro – sob guarda do Arquivo Público do Estado e disponibilização gratuita ao público pela Internet²³”.

- **Microfilmagem e Digitalização dos Roteiros da TV Tupi e Telecinagem dos filmes da SEGOV:** projeto em andamento, em parceria com a Cinemateca Brasileira que “consiste na microfilmagem e digitalização dos roteiros da extinta TV Tupi (1950-1980) e na telecinagem da série de 4 mil filmes da antiga Secretaria de Governo do Estado de São Paulo”²⁴.

- **Preservação da Memória da Escravidão em São Paulo no Século XIX:** projeto aprovado com o patrocínio do ADAI – Apoyo AL Desarrollo de Archivos Iberoamericanos e que visa promover “a organização (classificação e ordenação), a catalogação, a preservação e a difusão de documentação sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, referente à temática da escravidão”²⁵.

Finalizando este capítulo, uma análise a ser feita é que com certeza, a questão das novas tecnologias e o seu uso no trabalho com documentos históricos pode levantar muitas outras que esta temática envolve, mas que não foram discutidas aqui, tais como: interesses econômicos, inclusão/exclusão digital, monopolização de tecnologias, barreiras ao acesso à informação, enfim, debates que na atualidade povoam o cotidiano. Esses são fatos que realmente necessitam ser examinados já que a cada dia a influência das novas tecnologias se expande e exigirá uma posição crítica em relação a elas.

O site do APESP é um exemplo das possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias no campo da pesquisa histórica e como afirma Chartier (1999a, p. 18): “Antes que a troca tome conta de tudo, o que pode dizer o historiador, enquanto, sua voz é singular, diante da revolução eletrônica? Ele não deve sustentar um discurso utópico ou nostálgico, mas mais científico (...)”. Nesta passagem, ele se refere especialmente ao livro, mas o que diz também pode ser considerado em relação aos documentos históricos – é muito provável que o uso das novas tecnologias na área continue a crescer, diante disso, talvez a melhor postura não seja temer ou menosprezar o novo, nem encarar tudo o que existiu até hoje como ultrapassado e, portanto, descartável, mas de forma objetiva, buscar aproveitar os benefícios trazidos pelas inovações tecnológicas.

²³ FONTE – <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/projetos_visualiza.php?id=8>. Acesso em: 14 ago. 2012.

²⁴ FONTE – <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/projetos_visualiza.php?id=6>. Acesso em: 14 ago. 2012.

²⁵ FONTE – <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/projetos_visualiza.php?id=19>. Acesso em 14 ago. 2012.

CAPÍTULO II – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS: O SÍTIO ELETRÔNICO DO APESP “MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO”

Como se discutiu no primeiro capítulo, no dia-a-dia, a presença da informática e das novas tecnologias em geral é cada vez mais crescente, têm alterado a forma de muitas pessoas trabalharem, se comunicarem, interagirem, de como ter acesso à informação e ao conhecimento e também como se relacionam com o escrito. Mas deslocando esta discussão para o campo da História da Educação, o que esse fato impõe? Quais são as possibilidades? E os problemas?

Como já foi afirmado pela fala de Gondra (2000, p. 4), as mudanças causadas pelas novas tecnologias têm implicado na necessidade de aquisição de equipamentos, linguagens e conhecimentos específicos – e dessa realidade, não estão isentos os pesquisadores em História da Educação:

Os desafios colocados pela informática têm forçado os pesquisadores da área da História da Educação a desenvolver esforços variados, indo desde a retomada da necessidade de manutenção e preservação do patrimônio documental relativo à área de história da educação, evidenciado pelo movimento de criação de grupos, núcleos e programas voltados para esta finalidade, até a produção de banco de documentais informatizados, CD-Rom e utilização das ferramentas e recursos da internet, como a criação de páginas, listas de discussão, trocas de correspondências, divulgação de diversas atividades, intercâmbios dentro e fora do país, edição de revistas eletrônicas e configuração de bibliotecas virtuais, por exemplo.

Desta maneira, o sítio eletrônico do APESP ao disponibilizar em domínio on-line documentos relacionados à educação no conjunto denominado “Memória da Educação” (Fig. 7) é um exemplo do que tem se estabelecido no campo da História através do uso das novas tecnologias.

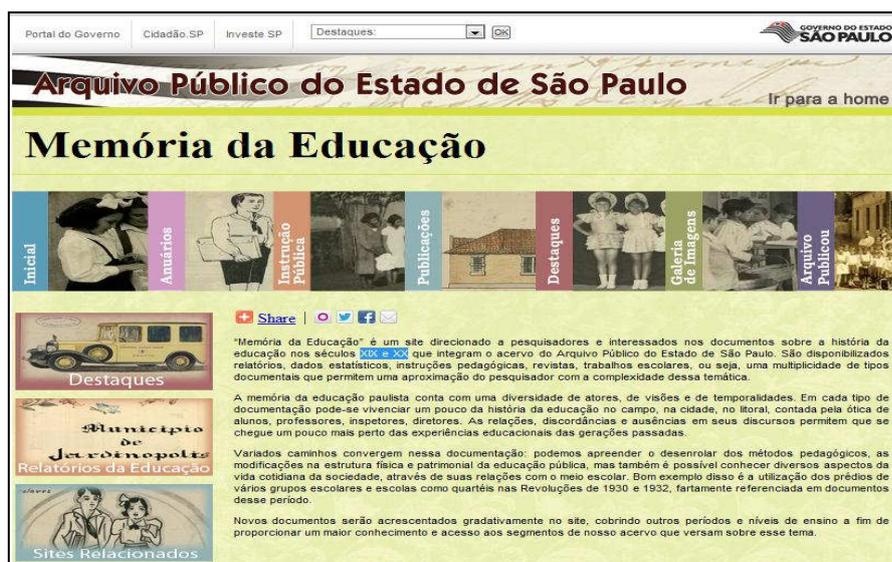


FIGURA 7 – Página inicial do “Memória da Educação”
Fonte: Sítio eletrônico do APESP²⁶

Neste capítulo pretende-se então descrever todo o conteúdo do site Memória da Educação, buscando conhecê-lo e realizando breves análises sobre ele também. Em seguida, se apresenta discussões em torno deste conteúdo.

Essas discussões serão estabelecidas pela interrogação sobre o tipo de documentação disponível e sua relação com vertentes teóricas que dele fizeram ou fazem uso – e isso com o apoio de autores que abordam a História e a Historiografia da educação.

O sítio eletrônico “Memória da Educação”

Vários são os documentos que compõem o sítio eletrônico “Memória da Educação”, todos pertencentes aos séculos XIX e XX.

Na página inicial do site estão dispostos seis hiperlinks que dão acesso aos diferentes conjuntos de documentos disponibilizados: Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, Instrução Pública, Publicações, Destaques, Galeria de Imagens e Arquivo Publicou. Todos esses arquivos são digitalizados e estão no formato PDF (exceto as fotografias que estão no formato JPEG²⁷).

²⁶ Disponível em: < <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/>>. Acesso em: 30 maio 2012.

²⁷ Joint Photographic Experts Group.

Anuários do Ensino do Estado de São Paulo

No total, estão disponíveis 16 arquivos (Quadro 1), datados entre 1908 e 1937. Estes Anuários foram produzidos pela então Diretoria Geral da Instrução Pública, quando a Educação escolar era subordinada à Secretaria dos Negócios e do Interior e depois pela Diretoria de Ensino – pertencente à Secretaria da Educação e Saúde Pública. Esses Anuários foram elaborados a partir das informações obtidas dos Relatórios das Delegacias Regionais de ensino – dos quais será falado mais à frente.

QUADRO 1

Anuários do Ensino do Estado de São Paulo

Período de abrangência	Organização/Elaboração	n.º de páginas	Breve descrição
1907-1908	Inspeção Geral do Ensino	430	Primeira publicação do Anuário do Estado de São Paulo. Contém retrospectivo histórico sobre o ensino no estado de São Paulo de 1835 a 1906; Relatório do Inspetor Geral de Ensino; Relatórios sobre Estabelecimentos de Ensino do Estado e de Estabelecimentos Equiparados. Relatórios também sobre o ensino privado, livros didáticos, mobília escolar, entre outros.
1908-1909	Inspeção Geral do Ensino	416	Relatórios dos Inspetores escolares; Informações sobre: Escolas Normais e Anexas; Ginásios do Estado; Estabelecimentos particulares e subvencionados do Estado; Relatório sobre o custo do ensino. Contém fotografias de Grupos Escolares de várias cidades paulistas.
1909-1910	Diretoria Geral da Instrução Pública	436	Há informações sobre: Escolas isoladas; Grupos e escolas reunidas; Escolas e cursos noturno, complementares e normais, municipais, particulares; Estatísticas; Métodos de ensino; Horários; Vencimentos dos professores; Ginásios; Leis criando escolas em 1909 e outras.
1910-1911	Diretoria Geral da Instrução Pública	117	Relatórios dos Inspetores de ensino; Informações sobre: Grupos escolares da capital e do interior; Escolas isoladas do interior e Dados estatísticos.
1911-1912	Diretoria Geral da Instrução Pública	592	Contém informações sobre escolas Normais e Isoladas; Grupos escolares; Fundo escolar; vencimentos dos professores públicos; Instruções aos inspetores escolares; Instituto para “anormais”; Palestras pedagógicas; Dados estatísticos e outras.
1913	Diretoria Geral da Instrução Pública	591	Praticamente contém informações sobre os mesmos assuntos do Anuário de 1911-1912.

1914	Directoria Geral da Instrução Publica	655	Informações sobre: Escolas Normais, Reunidas e isoladas; Grupos escolares; Matrículas na escola pública; Despesas com o ensino primário; Inspeção médica escolar; Fundo escolar; Vencimentos dos professores; Ensino privado; Escolas estrangeiras, dentre outras informações.
1915	Directoria Geral da Instrução Publica	507	De forma geral contém informações abrangem os mesmos assuntos do Anuário de 1914. Contém também “Opinião de alguns Inspetores de Ensino”.
1916	Directoria Geral da Instrução Publica	594	Informações sobre: Ensino Normal; Grupos Escolares; Escolas reunidas, modelo, isoladas, noturnas, municipais, e particulares; Obrigatoriedade do ensino; Revisão das escolas existentes; Inspeção e fiscalização das escolas; Reforma da Diretoria Geral; Ideias sobre uma reforma no ensino e outras.
1917	Directoria Geral da Instrução Publica	434	Está disponível somente o 2º volume do Anuário de 1917 que contém anexos. Há dados sobre: composição da Diretoria Geral da Instrução Pública; Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo; Escola Politécnica; Ginásio do Estado; Escolas Normais; Escolas profissionais; Estabelecimentos de ensino mantidos pela União; Grupos Escolares; Estatísticas; Estabelecimentos de ensino municipais; Lei N. 1594, de 29 de dezembro de 1917 – criando e convertendo escolas preliminares.
1918	Directoria Geral da Instrução Publica	842	Informações sobre: a Direção de Geral; Fiscalização do ensino; Analfabetismo no Estado de São Paulo; Assistência escolar; Patrimônio escolar; Higiene nas escolas; Escolas Normais, Reunidas, Isoladas, Municipais, Noturnas e Profissionais; Grupos Escolares; Estatística escolar; Avisos e circulares; Relação de escolas postas em concurso; Inspeção médico-escolar; Extrato dos relatórios dos inspetores escolares.
1919	Directoria Geral da Instrução Publica	556	Contém informações sobre: Resumo geral das estatísticas do ensino em São Paulo em 1919 e por cursos; Provimento de Escolas Isoladas; Diretoria Geral da Instrução Pública; Analfabetismo no Estado; Higiene nas escolas; Escolas Normais, Reunidas, Isoladas Particulares; Grupos Escolares; Escolas do Patronato Agrícola; Escolas Anexas aos Quartéis do Exército; Leis; Decretos, entre outras.
1920-1921	Directoria Geral da Instrução Publica	457	As informações nele contido versam sobre: Localização de escolas; Execução da reforma do ensino de 1920; Relação de escolas isoladas suspensas em 1921 e em 1922; Relação de escolas reunidas; Grupos escolares; Matrícula; Inspeção às delegacias; Conselho de Educação; Movimento dos

			estabelecimentos de ensino do Estado; Estatísticas; Conclusões e Memoriais apresentadas pelas diferentes comissões do Conselho de Educação, etc.
1922	Directoria Geral da Instrução Publica	403	Há informações sobre: Relação do pessoal da Diretoria Geral de Ensino e suas dependências; Relação dos Grupos Escolares do Estado, em 1922; Escolas Reunidas, Isoladas, Profissionais e Normais (dados estatísticos); Ginásios do Estado em 1922; Delegacias Regionais do Ensino; Programas de Ensino dos cursos primário e médio; Considerações Gerais sobre a Educação Moral e Cívica dos Cursos Médios; Escotismo escolar (há também fotos); Partitura do Hino ao Pavilhão Escolar Paulista e outras.
1923	Directoria Geral da Instrução Publica	593	Contém discurso de Freitas Valle, presidente da Comissão de Instrução Pública, pronunciado na Câmara dos Deputados de São Paulo em 1923 sobre o ensino público no governo de Washington Luis; Informações sobre a execução da Reforma do ensino através das delegacias regionais; Situação escolar dos municípios paulistas (dados quantitativos) e de cada região de ensino; Frequência obrigatória; Eficiência do ensino; Grupos escolares, escolas reunidas e diversas estatísticas sobre o ensino.
1926	Directoria Geral da Instrução Publica	520	As informações disponíveis são sobre: Exercícios escolares de 1924 e 1925; o ensino no Estado em 1926; Grupos Escolares; Escolas Reunidas, Isoladas, Particulares, Profissionais, Superiores e Normais; Jardim da Infância anexo à Escola Normal Praça da República; Escolas Maternais; Escolas Complementares; Ginásios; Cultura Física nas Escolas; Inspeção Geral e Especializada; Inspeção Médica Escolar; Recenseamento Escolar Periódico; Estatística Geral do Ensino no Estado; Escotismo nas Escolas; Movimento Geral do Almojarifado da Instrução Pública; Mapas dos distritos com a respectiva distribuição de escolas.
1936-1937	Prof. A. Almeida Júnior, Director do Ensino	653	Contém informações sobre: Estatística escolar; Delegacias regionais; Prédios escolares; Instituições auxiliares da escola; Orientação e fiscalização do ensino; Livros didáticos; Educação rural; Ensino particular; Educação higiênica e saúde; Movimento escolar; Escola noturna; Educação pré-primária; Ensino municipal; Problemas gerais do ensino primário e outras.

Fonte: A autora.

No Anuário de 1907-1908, a Comissão de Redação aponta alguns motivos para esta publicação:

São frequentes em S. Paulo as visitas de estrangeiros ilustres. Entre as primeiras cousas que se lhe mostram estão os estabelecimentos de ensino publico, os quaes têm merecido de muitos deles largos encomios. A curiosidade leva-os naturalmente a solicitar informações sobre o conjunto do nosso aparelho escolar; e o Governo, não possuindo um repositório completo nesse sentido, apenas pôde oferecer-lhes relatorios, programmas, regulamentos, etc., trabalhos esses muito especializados para offerecer uma vista de conjunto (ANNUARIO DO ENSINO NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1908, p. v).

Assim, como afirmam os redatores, o intuito da publicação era oferecer estatísticas em relação ao ensino no Estado de São Paulo e também subsídios aos professores tratando de metodologias e processos didáticos, além de trabalhos de natureza diversa relacionados à educação popular (ibidem, p. vi).

Devido à quantidade de documentos e também por estes conterem muitas páginas, não é possível fazer uma análise muito aprofundada em um curto espaço de tempo, mas de forma geral, percebe-se que ao longo dos anos, a estrutura dos Anuários se mantém parecida, há dados que sempre aparecem em todos os Anuários, como por exemplo, a listagem de escolas existentes no Estado de São Paulo.

Uma diferença que pode ser notada é a forma como esses dados são apresentados, em alguns Anuários prevalece a presença de dados quantitativos (por exemplo, os de 1916, 1917 e 1919), em outros dados mais descritivos ou qualitativos (como os de 1907, 1908 e 1936) e em outros, de forma mista (1918; 1926). Presume-se que isso se deve às mudanças ocorridas na composição das Comissões organizadoras, havendo, portanto, olhares de diferentes sujeitos em diferentes épocas.

Em relação a um maior aprofundamento sobre o conteúdo desses Anuários, um estudo que pode ser destacado é o de Catani (1995) no qual a autora faz análise sobre o significado do aparecimento dessas publicações, buscando compreender o papel que os realizadores dos Anuários lhes atribuíam e a função que esses documentos desempenharam na organização do campo educacional paulista.

Seu trabalho também apresenta outros aspectos relacionados aos motivos da publicação desses documentos, afirmando que são “uma vitória da orientação do Estado sobre o grupo de professores da Associação Beneficente do Professorado Público, que vinha editando a **Revista de Ensino** desde 1902 e não andava em boas relações com a Secretaria do Interior (...).” (p. 10, grifo da autora), ou seja, como a autora aponta, a publicação dos Anuários surgiu como forma de oposição à Revista de Ensino que há certo tempo vinha

fazendo severas críticas à ação do Estado em relação ao ensino. Assim, além de discorrer sobre o conteúdo dos Anuários, a autora aborda também questões educacionais da época, afirmando que só pelo exame dos próprios documentos que se pode ter a medida do papel que se pretendia que eles cumprissem.

Relatórios da Instrução Pública

Nesse conjunto há 81 arquivos disponíveis (Quadro 2), produzidos entre 1852 e 1945 pelas Delegacias Regionais de Ensino do estado de São Paulo. Esses relatórios reúnem várias informações sobre a situação do ensino público e privado das cidades paulistas divididas em 21 regiões – sendo que partir deles os Anuários apresentados anteriormente foram elaborados.

Segundo informa o próprio sítio eletrônico:

O conteúdo desta publicação é composto por informações provenientes dos relatórios anuais, expedidos pelas Delegacias Regionais de Ensino da capital e do interior do estado. Essas, por sua vez, registravam as atividades escolares de suas jurisdições – movimento de alunos, do corpo docente, das unidades escolares, das despesas, entre outras²⁸.

QUADRO 2

Relatórios da Instrução Pública: anos disponíveis²⁹

Região	Relatórios anuais disponíveis	Cidades integrantes
Araraquara	1936; 1940	Mattão, Taquaritinga, Fernando Prestes, Santa Adélia, Ariranha, Pindorama, Catanduva, Itajuhy, Mundo Novo, Tabapuan
Bauru	1933	Agudos, Pederneiras, Piratininga, Duartina, Gália, Garça, Marília, Pirajuí, Precidente Alves, Avaí
Botucatu	1933; 1935; 1938; 1939; 1940	Avaré, São Manoel, Lençóis, Itatinga, Cerqueira Cesar, Bofete, Santa Barbara do Rio Pardo, Bocaiúva, Bom Sucesso, Itaí, Anhembí.
Campinas	1941	Agua de Prata, Amparo, Itapira, Lindóia, Mogi-Guassú, Mogi-Mirim, Pedreira, Pinhal, São João da Boa Vista, Serra Negra, Socorro

²⁸ FONTE – <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/anuario.php>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

²⁹ Adaptação da tabela disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/pdfs/jurisdicao.pdf>>. Acesso em: 05 maio de 2012.

Casa Branca	1939; 1940; 1942	Caconde, Cajurú, Grama, Mocóca, Santo Antônio da Alegria, Santa Rosa, São José do Rio Pardo, São Simão, Serra Azul, Tambaú, Tapiratiba, Vargem Grande.
Guaratinguetá	1934; 1936; 1942; 1943	Apparecida, Areias, Bananal, Cachoeira, Cruzeiro, Cunha, Lorena, Piquete, Queluz, São José do Barreiro, Silveiras.
Itapetininga	1936; 1942; 1943	Angatuba, Apiaí, Burí, Capão Bonito, Guareí, Itaberá, Itaporanga, Itapeva, Itararé, Iporanga, Ribeira, Sarapuí, São Miguel Archanjo.
Jaboticabal	1938; 1939; 1940; 1942	Cajobí, Monte Alto, Monte Azul, Pitangueiras, Viradouro, Barretos, Bebedouro, Colina, Pirangí, Guariba, Nova Granada, Olimpia, Palestina.
Jundiaí	1943	Atibaia, Bragança, Itatiba, Joanópolis, Nazaré e Piracáia.
Lins	1936; 1942; 1943	Andradina, Araçatuba, Avanhadava, Biriguí, Cafelândia, Coroados, Getulina, Glicério, Guararapes, Penapólis, Pereira Barreto, Promissão, Valparaíso.
Piracicaba	1933; 1938; 1940; 1942; 1943	São Pedro, Rio das Pedras, Santa Bárbara, Americana, Capivarí, Indaiatuba, Monte Mór.
Presidente Prudente	1936; 1940	Presidente Venceslau, Santo Anastácio, Presidente Bernardes, Regente Feijó, Rancharia, Quatá, Alvares Machado
Ribeirão Preto	1934; 1936; 1943	Batataes, Brodowski, Cravinhos, Franca, Guará, Guayra, Igarapava, Ituverava, Jardinópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlandia, Patrocinio do Sapucahy, Pedregulho, São Joaquim, Sertãozinho.
Rio Claro	1937	Annapolis, Barra Bonita, Bica de Pedra, Brotas, Dois Corregos, Ityrapina, Jahu, Limeira, Mineiros, Torrinha
Rio Preto	1933; 1934; 1940; 1943	Cedral, Ibirá, Inacio Uchôa, José Bonifácio, Mirasól, Monte Aprazível, Potirendaba, Tanabí.
Santa Cruz do Rio Pardo	1935; 1936; 1942	Bernardino de Campos, Chavantes, Fartura, Ipaussú, Oleo, Ourinhos, Pirajú, Salto

		Grande, São Pedro do Turvo, Taquary.
Santos	1936; 1937; 1939; 1940; 1941; 1943	Guarujá, Ubatuba, Caraguatatuba, Villa Bella, São Sebastião, São Vicente, Itanhaen, Iguape, Cananéia, Jacupiranga, Xiririca
São Carlos	1933; 1939; 1940; 1942; 1943; 1945	Barirí, Bôa Esperança, Bocaina, Borborema, Dourado, Ibitinga, Itápolis, Novo Horizonte, Ribeirão Bonito, Tabatinga, Iacanga.
São Paulo	1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1861; 1862; 1863; 1864; 1865; 1866; 1878; 1880; 1894; 1943; 1944	Capital
Sorocaba	1940	Boituva, Cabreuva, Campo Largo, Conchas, Itu, Laranjal, Pereiras, Piedade, Pilar, Porangaba, Porto Feliz, Salto, São Roque, Tatuí, Tietê, Una.
Taubaté	1934; 1935; 1936; 1937; 1940	Caçapava, Jacarehy, Jambeiro, Natividade, Parahybuna, São Bento do Sapúcahy, São José dos Campos, São Luiz do Parahytinga, Tremembé, Campos de Jordão.

De forma geral as informações contidas nesses relatórios anuais versam sobre quadro de funcionários, distribuição de escolas por municípios, como também sobre a listagem de escolas, grupos escolares, escolas isoladas, normais, rurais, particulares e noturnas, sobre a quantidade de alunos, programas de ensino, mobiliário escolar, livros didáticos, vencimentos dos professores, movimento financeiro, balanço de matrículas, assistência ao escolar, dificuldades enfrentadas, entre outras.

Há também mapas das regiões escolares, plantas, gráficos e muitas tabelas com dados diversos, – sobre o número de alunos em cada escola, por exemplo, – fotos dos prédios escolares, dos alunos e dos professores e das atividades desenvolvidas no dia-a-dia. Alguns também trazem informações sobre bibliotecas das escolas e cinemas educativos, há ainda outros que apresentam exemplares jornais elaborados pelos alunos ou pela escola com produções deles.

Os relatórios mais antigos, como os de São Paulo, dos anos de 1852 a 1880 eram assinados pelos Inspectores Gerais de Ensino e destinados ao Presidente da Província. Já os de 1933 em diante eram enviados pelos Delegados Regionais do Ensino para Diretor Geral de

Ensino – isso, conforme é dito na página inicial do link “Instrução Pública”, demonstra a história administrativa da Secretaria da Educação de do Estado de São Paulo:

Os assuntos referentes à educação em São Paulo no período colonial estavam diretamente vinculados ao governador da província. Após a Proclamação da República e a organização das Secretarias de Estado, esses assuntos ficaram sob a responsabilidade da Secretaria do Interior, organizada em 1892 pelo Decreto nº 28, de 1º de março. Essa Secretaria responsabilizava-se, em sua 3ª sessão, pela instrução pública primária, secundária e superior, e também pelo ensino particular, pelos institutos de educação profissional, pelas bibliotecas, pelas associações literárias e demais estabelecimentos congêneres. Em 1931, por meio do Decreto nº 4.917, de 3 de março, a Secretaria dos Negócios do Interior transformou-se em Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública, tendo a seu cargo a educação pública e a fiscalização do ensino particular, assim como a saúde pública e ainda a assistência às partes não atribuídas expressamente a nenhuma outra Secretaria. Sob essa estrutura manteve-se até 1947, quando foi desmembrada pela criação da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, passando a denominar-se apenas Secretaria da Educação³⁰.

Enfim, constata-se que esses relatórios proporcionam uma grande quantidade de dados oficiais em relação ao ensino nas escolas das cidades paulistas nos séculos XIX e XX. Basicamente a estruturação de todos é bem semelhante tendo em vista que são documentos burocráticos, mas muitos também vêm a se diferenciar por conterem materiais tais como jornais produzidos por alunos, como o de Botucatu do ano de 1940.

Publicações

Nesse conjunto o site do APESP disponibiliza publicações que abordam a educação a partir de diversos aspectos – ao todo existem 40 arquivos (Quadro 3), sendo o mais antigo do ano de 1857 e o mais recente de 1928.

QUADRO 3
Publicações disponíveis no site “Memória da Educação”

Nome do Arquivo	Ano	Breve descrição
Código de Instrução Pública da Província de São Paulo	1857	Documento elaborado pela Comissão nomeada pelo Governo do Estado, sendo os membros: Antonio Joaquim Ribas, João Dabney de Avellar Brotero e Diogo Mendonça Pinto. Projeto que regulariza a Instrução Pública na então Província de São Paulo. Dispõe sobre: o Governo Geral da Instrução Pública (direção, inspeção e fiscalização) e sobre a instrução primária, média, secundária e particular.
Escolas ao Ar Livre e Colonias de Férias Para debeis Escolas	1917	Trabalho apresentado ao Secretário do Interior pelo Dr. B. Vieira de Mello, chefe da Inspeção Médica

³⁰ FONTE - <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/instrucao.php>>. Acesso em: 26 ago. 2012.

especiais para tardos (Anormais intelectuais)		Escolar e fundador da assistência escolar em São Paulo. Trata das escolas ao ar livre, colônia de férias para “débeis” e escolas especiais para “tardos”. Traz histórico sobre essas escolas, formas de seleção e de se realizar exames, métodos para determinar deficiências intelectuais etc. Nos anexos apresenta-se: Esquema para exame clínico dos “anormais” e modelos de fichas para exames.
Vinte Anos de Propaganda Contra o Emprego da Palmatória e outros meios Aviltantes no Ensino da Mocidade	1880	Conjunto de vários fragmentos de escritos do educador Abilio Cesar Borges publicados no “Globo” sobre os 20 anos de propaganda contra o emprego da palmatória no ensino.
Guia para os Professores Primários Começarem a Instrução dos Surdos-Mudos	1874	Da autoria de J. J. Vallade Gabel. A obra foi escrita e publicada por ordem do governo francês e adotada nas escolas primárias, por deliberação do Ministro da Instrução Pública. Traduzida e dedicada à Associação Promotora da Instrução.
Ensaio de Pedagogia Prática de 1895	1895	Trata-se de um conjunto de artigos publicados na revista pedagógica Escola Pública – estes foram reunidos formando um livro destinado aos professores das instituições públicas paulistas. Há artigos sobre leitura intuitiva, aritmética elementar, biologia, trabalho de agulhas, educação moral e cívica, etc.
Revista Escolar - Orgam da Directoria Geral da Instrução Publica	- 12 números de 1925; - 12 números de 1926; - 09 números de 1927; - 02 números de 1928.	Publicação da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. São trazidas lições práticas e artigos que abordam diversos aspectos da educação escolar.

Fonte: A autora.

Percebe-se que todas essas publicações também estão ligadas aos órgãos oficiais e vislumbram algumas concepções e práticas pedagógicas de sujeitos dos séculos XIX e XX, de alguma forma, ligados à Educação. Dória (1925), professor de Direito, na Revista Escolar, por exemplo, afirma: “Na educação, o primeiro dever é não anormalizar os educandos, isto é, não os prejudicar. O segundo dever é beneficiá-los, isto é, normalizar e superiorizar, corrigindo as imperfeições, e ampliando as normalidades que os educandos tiverem.” (p. 12).

Em relação aos objetivos, como é afirmado na página inicial do link “Publicações”:

Os objetivos desse material disponibilizado são diversos: apresentar e discutir metodologias direcionadas à atividade docente; dar orientações instrutivas para o funcionamento dos estabelecimentos educacionais; auxiliar professores na conduta educacional de alunos com determinados tipos de deficiência.

Assim, de forma geral, essas foram publicações que tinham a intenção de oferecer subsídios para a prática docente a partir de diversas vozes e perspectivas.

Destaques e Destaques anteriores

Atualmente está em destaque um arquivo de 1904, a revista A escola (Fig. 8) publicada na cidade de São Manuel (antiga São Manuel do Paraizo) ³¹. Os destaques anteriores foram: uma prova dissertativa com 16 páginas de uma aluna do 4º ano do Grupo Escolar Antonio Padilla, localizado na cidade de Sorocaba, realizada em 1896; um ofício manuscrito de 1858 do Inspetor Geral da Instrução Pública de São Paulo, Diogo de Mendonça Pinto, dirigido ao Governador da Província; um gráfico ilustrado de 1940 que trata sobre as matrículas de 15 escolas estaduais paulistas da Região de Taubaté.



FIGURA 8 – Primeira página da Revista A Escola, de 1904

Fonte: Sítio eletrônico do APESP³²

Sobre cada um desses documentos disponibilizados nessa parte do site há uma breve análise sobre seu conteúdo, contudo não é esclarecido se existe algum tipo de critério para seleção desses, mas o seguinte trecho pode fornecer um indício: “Tendo em vista os questionamentos levantados nessa breve análise, não podemos deixar de pontuar que a revista A Escola é um documento histórico e que, portanto, reflete a conjuntura na qual foi produzida.³³” Esta afirmação levanta a hipótese de que a intenção do sítio do APESP, ao trazer uma revista produzida em um Grupo Escolar, uma prova, uma correspondência oficial e

³¹ Agosto/2012.

³² FONTE – <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/imagens/A%20ESCOLA.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2012.

³³ FONTE – <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/destaques.php>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

um gráfico, seja fornecer arquivos diferentes dos mais comumente considerados como fontes documentais históricas – documentos oficiais escritos.

Sendo assim, retorna-se a um ponto já discutido no primeiro capítulo deste trabalho, – a concepção de documento histórico – que há décadas tem sido revista por muitos pesquisadores, sendo esta uma questão que será retomada mais à frente, porém mais especificamente em relação à História da Educação.

Galeria de imagens

Nessa parte do “Memória da Educação” estão disponíveis mais de mil fotografias (Quadro 4) que retratam Grupos Escolares, Escolas Normais, trabalhos escolares, alunos, docentes, prédios de escolas isoladas, fazendas etc. de várias cidades do Estado de São Paulo, além de mapas, gráficos e plantas.

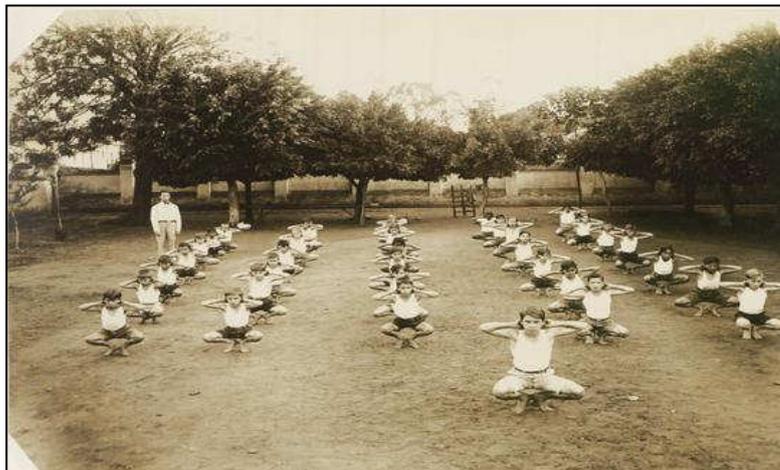


FIGURA 9 – Primeiro Grupo Escolar de Bauru – Aula de Ginastica. Relatório de 1933

Fonte: Sítio eletrônico do APESP³⁴

Essas imagens estão datadas entre 1908 e 1943, não há identificação das pessoas que as tenha fotografado, mas como é apontado nas descrições, praticamente todas foram retiradas dos Relatórios da Instrução Pública aqui já apresentados.

³⁴ FONTE - <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/galeria_det.php?cidade=Bauru>. Acesso em: 26 ago. 2012.

QUADRO 4

Memória da Educação – Galeria de imagens

Cidades	Quantidade de fotografias disponíveis
Bauru	129
Botucatu	127
Casa Branca	20
Guaratinguetá	20
Itapetininga	107
Jaboticabal	165
Jundiaí	20
Lins	47
Piracicaba	43
Presidente Prudente	20
Ribeirão Preto	105
Rio Preto	03
Santa Cruz do Rio Pardo	28
Santos	23
São Carlos	118
Taubaté	43
Imagens relacionadas: Álbum Escola Normal	84

Fonte: A autora.

Arquivo publicou

Nessa parte do “Memória da Educação” são divulgados artigos publicados na *Histórica – Revista Online do Arquivo Público do Estado de São Paulo* que abordam temas da História da Educação do Estado de São Paulo e do Brasil. Sua periodicidade é bimestral e segundo as informações contidas no sítio eletrônico da revista, antes se tornar uma publicação exclusivamente eletrônica, de 2000 a 2005 seu formato era impresso, sendo que:

(...) a revista online surgiu com a finalidade de oferecer um espaço para que pesquisadores das áreas de História, Arquivística, Arqueologia, Antropologia, Sociologia e demais estudiosos da área de humanidades divulguem suas produções, sobretudo se os artigos forem produzidos com fontes do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo³⁵.

³⁵ FONTE – <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/sobre/>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

Os trabalhos divulgados no site “Memória da Educação” dispõem sobre diversas temáticas: A educação durante o Império, a educação da mulher no Brasil, educação e catequese, cotidiano das escolas da cidade de São José, a instrução pública em Piracicaba, a educação no período da Ditadura Militar (1964-1985), entre outras. Verifica-se que muitos desses trabalhos realmente usaram documentos do APESP, como no caso do artigo “A Escola Normal: imagens de uma época” (Fig. 10) no qual foram reproduzidas fotografias pertencentes ao seu acervo iconográfico.



FIGURA 10 – Capa da Revista Histórica ano 02, n.º 03, abril de 2001. Traz a reportagem: “A Escola Normal: imagens de uma época”³⁶

No total há 16 artigos, sendo dois do ano de 2001, dois de 2003, um de 2005, dois de 2006, três de 2007, dois de 2008 e quatro de 2009. Os de até 2003 estão no formato Flash Page Flip (aplicativo que permite a criação de revistas digitais semelhantes a uma revista impressa, podendo folheá-las), os demais em HTML, também sendo disponibilizados na versão PDF.

³⁶ FONTE – <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/pageflip/prophp/main.php?MagID=416&MagNo=416>>. Acesso em: 06 set. 2012.

O “Memória da Educação”, fontes documentais e a História da Educação

Até aqui constata-se que no sítio eletrônico do APESP há uma significativa quantidade de documentos relacionados principalmente à História da Educação no Estado de São Paulo – mas o que essa iniciativa possibilita para o campo? Qual a importância de se disponibilizar essas fontes documentais?

A respeito de fontes para História da Educação, Nunes e Carvalho (1993) afirmam que a importância de se estabelecer uma discussão em torno desse assunto se dá pelo fato de que os historiadores da educação dependem: “não apenas das questões formuladas dentro de certas matrizes teóricas, mas também dos materiais históricos que podem contar” (p. 23). Desta forma, para elas, é necessário se avançar na compreensão das fontes não apenas como meros instrumentos que o historiador manipula, mas como problema que influencia diretamente a constituição do campo da própria História da Educação, pois o mapeamento de fontes é uma forma de se preparar terreno para uma crítica empírica vigorosa que pode vir a constituir novos problemas, novos objetos e novas abordagens.

Nesta perspectiva, é importante também destacar a fala de Nunes (1990): “o passado é inacabado, no sentido de que o futuro o utiliza de inúmeras maneiras. Daí a possibilidade, e para nós exigência, de que cada geração reescreva a ou as histórias daqueles que a antecederam”. Essa afirmação da autora se dá por sua defesa de que mesmo os períodos da História da Educação brasileira estudados até a exaustão podem ser revistos, segundo ela, por três motivos: é uma forma “de acerto de contas” com a Historiografia da Educação que formou o historiador a partir de determinadas perspectivas; pela insatisfação com estereótipos; e ainda porque originalidade pode não significar necessariamente temas inéditos, mas novos recortes que podem surgir de revisões.

Portanto,

Diante do que afirmamos, a primeira e a mais simples constatação é a de que não construiremos um novo olhar sobre educadores que sucedemos, ou mesmo qualquer olhar, sem dados e sem perspectivas teóricas que nos auxiliem a desbravar o seu significado. (NUNES, 1990, p. 38)

E esses dados, segundo a autora, estão nos arquivos, e para ela, os documentos contidos nesses, como já foi afirmado por sua fala no primeiro capítulo, podem proporcionar novos questionamentos, interpretações, revisões de estudos já consagrados.

Sendo assim, retorna-se à questão: o que os documentos disponíveis no conjunto Memória da Educação proporcionam ao campo da História da Educação? Talvez a única

forma de responder seja realmente explorá-los, conhecê-los. Proporcionarão essas novas perspectivas? Novos estudos ou novos pontos de vista ao que já existem? Como afirma Nunes: “Somente a vontade de demonstrar que nem tudo foi contado (e não de dar a última palavra) pode mobilizar-nos na árdua tarefa de joeirar dados, estabelecer novas estratégias de percurso e definir rotas a serem seguidas no dia após dia dos arquivos” (p. 38).

Mas o que também pode ser dito em relação ao tipo de documentos disponíveis nesse sítio eletrônico? A maior quantidade de documentos é de fotografias, mas em relação aos escritos, predomina a documentação oficial, diferente da composição do restante do site, como foi apresentado no capítulo 1, que possui uma variedade maior em relação a esse aspecto.

Conforme afirmam Vidal e Faria Filho (2003), documentos oficiais foram, notoriamente, muito usados nos primeiros escritos sobre a História da Educação no Brasil. Estes autores, em um estudo sobre a constituição do campo da História da Educação no Brasil no período de 1880 a 1970, alegam que esses primeiros escritos tiveram laços estreitos com Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como no caso de José Ricardo Pires Almeida, membro desse Instituto, e autor de “*L’Instruction publique au Brésil: histoire et legislation (1500-1889)*” – o primeiro livro, segundo esses autores, dedicado unicamente à História da Educação no Brasil e que se tornou uma obra de referência para diversos trabalhos escritos posteriormente por outros escritores:

Nessas publicações posteriores à instalação do regime político republicano não se alteraram significativamente as propostas de coligir e metodizar documentos (inscritas nos Estatutos do IHGB, elaborados em 1839, um ano após a criação do Instituto), nem de interpretar a gênese da civilização brasileira, ambas caras à tradição narrativa da história gestada pelo IHGB. Na esteira de tais preocupações outras obras, dedicadas especificamente à história da educação, poderiam ser arroladas, demonstrando a permeabilidade da produção historiográfica em educação à visão de história e do fazer historiográfico presentes no Instituto. (VIDAL; FÁRIA FILHO, 2003, p. 42-43).

Desta forma, o uso de documentos oficiais na escrita da História da Educação no Brasil, moldada pela tradição historiográfica do IHGB, por muito tempo foi uma marca predominante no campo e como os autores afirmam, até hoje em muitos trabalhos se pode perceber essa influência.

Nunes e Carvalho (1993) apontam que a tendência do uso de fontes escritas provenientes de autoridades escolares trata-se também de uma influência do historicismo alemão do século XIX, movimento, conforme elas afirmam, do qual surgiu a preocupação de transformar a história em ciência:

A contribuição do historicismo alemão, no sentido de romper com a história totalizante dos séculos anteriores, manteve certas preocupações presentes na história crônica, ao procurar enaltecer os grandes personagens. A tentativa, no entanto de narrar “os fatos como efetivamente aconteceram”, aguçou a preocupação com a localização e uso de fontes escritas, fossem leis, relatórios, memórias ou outras produções provenientes das autoridades escolares (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 24, grifos das autoras).

Essa forma de se escrever história, portanto, produziu uma História da Educação, “entendida como compilação de obras disponíveis em bibliotecas e documentos pertencentes às instituições oficiais” (p. 24) e que veio a influenciar os escritos franceses, e estes, por sua vez influenciaram outros países: “A separação entre ensino e pesquisa marca a História da Educação como disciplina formadora, em especial nos cursos normais franceses, aqueles que juntamente tiverem larga influência sobre os cursos na Europa e na América Latina” (p. 20). Realmente pode ser destacado que nos cursos normais europeus do século XIX a História da Educação assim se consolidou.

Segundo as autoras, nessas instituições, a História da Educação teve a função de ressonar e amplificar a luta ideológica há muito tempo já travada entre o Estado e a Igreja, e também de reaproximar ambos, ao buscar a ideologização do papel profissional docente pela imposição de modelos construídos a partir de figuras religiosas e políticas na intenção de “formar lideranças que moralizassem o povo” (p. 13) para a contenção e controle das massas.

De forma semelhante esse movimento se deu no Brasil, ou seja, a História da Educação não se dissocia da história da Escola Normal (NUNES; CARVALHO, 1993). Warde (1990) também afirma que a disciplina foi incorporada à formação de professores como disciplina formadora, além de ganhar um caráter pragmático, ou seja, surgiu para ser útil, não para explicar e interpretar os processos históricos objetivos da Educação, mas para oferecer justificativas para o presente.

Já Vidal e Faria Filho (2003) destacam que nas escolas normais os escritos sobre História da Educação além de se originarem de compilação de outros trabalhos e não de pesquisa em fontes primárias, tomaram um caráter salvacionista e de defesa de ideais.

Enfim, estes são alguns aspectos que mostram como a escrita da História da Educação por muito tempo se configurou no Brasil e nos países que o influenciaram. Mas tendo em vista estas considerações e as características dos documentos da educação disponibilizados no sítio do APESP, pode parecer que se chega a um impasse, pois ao mesmo tempo em que se afirma a importância que as fontes documentais possuem para a História da Educação, mostra-se também a questão da tradicional hegemonia da documentação oficial (muito presente no acervo digital “Memória da Educação”) na área e os problemas que esse

fato trouxe: “A consolidação desse movimento fixou não só a hegemonia dessas fontes sobre outras, mas também a colonização, quando não supressão, do discurso do outro” (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 24).

Contudo, novos caminhos têm sido percorridos pela Historiografia da Educação brasileira, tal como uma interlocução maior com outros campos de disciplinares – sociologia, linguística, literatura, arquivística e outras – e também com diferentes perspectivas teórico-metodológicas – marxismo, história cultural, história das mentalidades, entre outras – (VIDAL; FARIA FILHO, 2003), abrindo a possibilidade de se fazer um uso diferente desse tipo de fonte documental – com novas perguntas e novos referenciais teóricos.

Um exemplo pode ser trazido por Nunes e Carvalho (1993) ao falarem a respeito das atividades do Grupo de Trabalho de História da Educação da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd):

Assim, por exemplo, discussões sobre possibilidades abertas à pesquisa, pelo recurso a fontes iconográficas, somaram-se a inúmeras outras que, tematizando a possibilidade de uma releitura da documentação, já largamente explorada em estudos históricos de perfil mais tradicional, enveredaram pela complexa questão da crítica documental (p. 36).

Assim, além de se ampliar a concepção de documento, se torna possível novas maneiras de abordar os que tradicionalmente mais foram usados para se escrever a História da Educação do Brasil. Como exemplo, tem-se também os apontamentos de Nunes e Carvalho (1993) sobre a história cultural:

Trata-se, neste caso, de uma nova perspectivação desses “velhos objetos”, em que assume relevância a consideração de aspectos antes descurados pela investigação histórica. Esses “velhos objetos” tornam-se agora “novos”, porque são apanhados numa perspectiva que realça a materialidade de dispositivos, através dos quais bens culturais são produzidos, postos a circular e apropriados (p. 44, grifos das autoras).

E ainda: “Em todos esses casos, exige-se que a análise documental esteja atenta a aspectos formais geralmente descurados por outras vertentes historiográficas” (p. 55) – e esta é só uma das formas que documentos históricos podem ser abordados, se atentando, como falam as autoras, para aspectos nem sempre considerados, mas que podem ter muito a dizer sobre fatos relacionados à educação no passado.

Chegando a este ponto, pode-se retomar a proposta deste trabalho, ou seja, entender a composição de todo sítio do APESP e mais especificamente do “Memória da Educação”, pois como outro qualquer tipo de suporte que fornece fontes para a pesquisa em História da Educação necessita ser conhecido para ser usado – como Nunes e Carvalho afirmam, “Ao

historiador compete, além de se informar sobre o que há nos arquivos e suas lacunas, fazer a leitura crítica do documento” (1993, p. 29).

Como se discutiu neste capítulo, fontes documentais, mesmo as do tipo mais exaustivamente usado, podem abrir caminho para novos conhecimentos desde que sejam lançados novos olhares sobre eles, e nas palavras de Fávero:

Apoiando-nos nessas percepções, diremos que os fatos e os documentos não falam por si. Falam apenas quando o pesquisador os aborda e os interpreta, procurando compreender o pensamento que está por trás dele.

(...)

Neste sentido, o papel do pesquisador é ver o passado através dos olhos do presente e à luz de seus problemas; seu principal trabalho não é registrar, mas avaliar ancorado em uma base teórica (2000, p. 104).

E em relação a se analisar fontes documentais a partir de uma base teórica, podem ser assinaladas também as considerações de Nunes (1990) ao afirmar que muitas vezes uma estabilidade teórica precisar ser abandonada, havendo um desprendimento de “cânones consagrados” e isso não na intenção de deixar a teoria, mas de reinventá-la através de “um estado de permanente criatividade reflexiva no qual se cultive uma atitude mais desarmada em relação ao objeto e menos pretensiosa em relação às nossas categorias teóricas” (p. 42).

Enfim, diversos são os pontos que podem ser levantados em relação à iniciativa do APESP ao disponibilizar todos esses documentos históricos da educação em domínio on-line, sendo que neste capítulo se teve a intenção de discorrer sobre alguns desses.

Com o apoio de alguns autores, se considerou essa iniciativa do APESP como importante para a História da Educação. Com de outros, se discutiu a necessidade de ainda se atentar para o uso que se pode fazer dessas fontes documentais, pois como alertam Vidal e Faria Filho, “E, mais do que isso, que as fontes que utilizamos são, elas também, peças do jogo político que institui memória (e produz o esquecimento) nas constantes lutas de representação travadas no interior do campo” (2003, p. 60-61, grifo dos autores).

CAPÍTULO III – A VISIBILIDADE DA EDUCAÇÃO NO SÍTIO DO APESP

Até aqui foi possível conhecer o sítio eletrônico do APESP e mais especificamente, a composição do “Memória da Educação”, problematizando seu conteúdo. Analisou-se também a questão das novas tecnologias e alguns pontos sobre o impacto dessas no campo da História da Educação, sendo a iniciativa do APESP de disponibilizar fontes documentais históricas em domínio on-line um dos exemplos do que se tem sucedido.

Durante este percurso, conhecendo tanto os diferentes acervos temáticos do APESP, como o conjunto “Memória da Educação”, foi possível observar algumas das características de cada um – os dos primeiros de modo mais abrangente, e do segundo de forma um pouco mais aprofundada. Comparando-os, constatou-se, por exemplo, que o “Memória da Educação” não possui a variedade de tipos de documentos que os demais sites do APESP possuem, havendo nele a predominância de documentos oficiais.

O objetivo deste capítulo situa-se na tentativa não somente de compará-los, mas de dimensionar a visibilidade dada à educação nesse sítio eletrônico. Mas como fazer isso? Que parâmetros usar para se ter essa noção?

Um caminho encontrado foi a comparação quantitativa dos documentos dos quatro sítios temáticos com os do “Memória da Educação”. Mas somente o dado quantitativo revela o espaço dado à Educação nesse sítio eletrônico? Que outros elementos poderiam ser considerados?

Assim, parte-se também para comparações dentro do próprio “Memória da Educação”, além dos já destacados no segundo capítulo deste trabalho, olha-se para outros aspectos do acervo, tais como o tamanho de todos os arquivos juntos e a distribuição desses por conjunto documental, a disponibilização de séries documentais e a importância disso para pesquisas em História da Educação, e ainda, relações entre o acervo físico e o digital analisadas a partir de estudos que fizeram uso de documentos que estão nesse primeiro ou em ambos.

Não se pretende assim, chegar a uma resposta conclusiva a respeito dessa visibilidade, mas analisar alguns aspectos que pode vir a evidenciá-la.

Comparação quantitativa dos arquivos disponíveis no APESP

Inicialmente para fazer este levantamento pensou-se na possibilidade de se verificar a soma total do “tamanho” de todos os arquivos de cada acervo temático do APESP. Contudo, seria necessário “baixar” todos os arquivos disponíveis para se ter noção dessa quantidade, algo inviável tendo em vista o tempo que demandaria pela quantidade de arquivos, uma vez que há conjuntos com mais de 20 mil documentos, por exemplo.

Sendo assim, optou-se pelo levantamento da quantidade de arquivos para a comparação com a quantidade disponível no “Memória da Educação”. Para tanto, fez-se uso dos mecanismos de busca dos sítios eletrônicos que informam o número de documentos em cada um dos hiperlinks desses sites. Alguns desses mecanismos de busca fornecem a quantidade total de arquivos, em outros estes são separados, por exemplo, por ano ou cidade – tornando necessária a verificação de um por um para por fim somá-los.

Os dados encontrados são apresentados nas tabelas a seguir:

TABELA 1
Quantidade de Arquivos no site “Imigração em São Paulo”³⁷

Hiperlink	Quantidade de arquivos
Galeria de Imagens	111
Relatórios Anuais da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (1892-1946)	35
Estatísticas	05
Listas de Bordo	331
Documentos Pessoais	128
Busca por Nome (Documentos de Núcleos Coloniais dos Séculos XIX e XX)	29.610
TOTAL	30.220

Fonte: A autora

³⁷ Não foram contabilizados os arquivos dos hiperlinks “Imprensa” e “Textos Publicados”, sendo que estes últimos não se tratam de documentos históricos, mas de divulgação de artigos publicados na Revista Histórica do APESP relacionados à imigração em São Paulo. Nos demais sites temáticos esses artigos também não foram contabilizados.

TABELA 2
Quantidade de Arquivos no site “Memória da Imprensa”

Hiperlink	Quantidade de arquivos
Jornais (exclui os exemplares do Jornal Última Hora, inclui os da seção “Imprensa” do site “Imigração em São Paulo”)	1370
Revistas (exclui os arquivos da seção “Periódicos” do site “Viver em São Paulo”)	715
TOTAL	2.084

Fonte: A autora

TABELA 3
Quantidade de Arquivos no site “Viver em São Paulo”

Hiperlink	Quantidade de arquivos
Recenseamento da População	643
Periódicos	29
Estatísticas	13
Galeria de Fotos	42
O Poder e o Cotidiano	28.887
Cortiço Santa Efigênia	167
Memória da Escravidão	4.088
TOTAL	33.869

Fonte: A autora

TABELA 4
Quantidade de Arquivos no site “Última Hora”³⁸

Hiperlink	Quantidade de arquivos
Ilustrações	751
Galeria	15
Fotografias	11.941
Temas no UH	05
Fotografias	11.941
TOTAL	24.643

Fonte: A autora

³⁸ Devido à grande quantidade e ao tempo escasso não foi possível contabilizar a quantidade de edições disponíveis do Jornal Última Hora. O site do APESP informa que ao todo foram digitalizadas 36.000 páginas do jornal que correspondem a 60 meses de publicação, mas não o total de arquivos digitalizados.

TABELA 5

Quantidade de Arquivos no site “Memória da Educação”

Hiperlink	Quantidade de arquivos
Anuários	16
Instrução Pública	81
Publicações	40
Destaques	04
Galeria de Imagens	1.102
TOTAL	1243

Fonte: A autora

Após o levantamento da quantidade de arquivos disponíveis nesses cinco sítios eletrônicos, obteve-se a porcentagem de distribuição desses documentos em cada um deles (Gráf. 1):

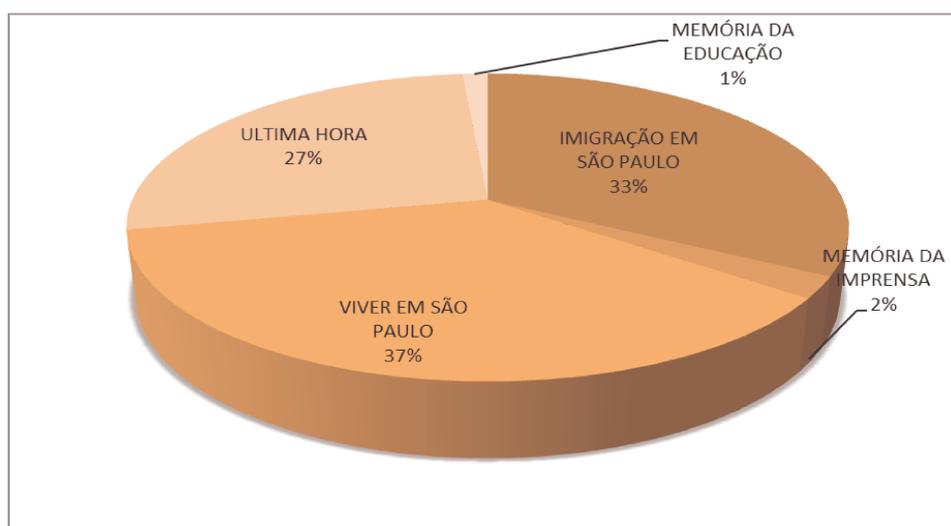


GRÁFICO 1 – Distribuição de arquivos por sítio eletrônico

Fonte: A autora

Consta-se então que em relação aos demais sítios temáticos, os documentos do "Memória da Educação" representam 1% da quantidade total.

Verificando as informações contidas nos demais sites temáticos, uma hipótese pode ser levantada para compreender este fato. O site “Viver em São Paulo”, da quantidade contabilizada, foi o que apresentou o maior número de documentos, como também o “Imigração em São Paulo” e o “Ultima Hora” (lembrando que não foi possível contabilizar o número de exemplares digitalizados desse jornal, pois isso sendo feito, provavelmente ele ultrapassaria a quantidade do “Viver em São Paulo”) – e todos esses tiveram apoios de outros

órgãos para desenvolvimento de projetos que possibilitassem a disponibilização de muitos documentos digitalizados. Não há informações de que o mesmo tenha acontecido com o “Memória da Educação” e com o “Memória da Imprensa”, sendo estes justamente os sites que possuem a menor quantidade de arquivos.

No “Imigração em São Paulo”, por exemplo, existe o hiperlink “Busca por nome” e este dá acesso a mais de vinte mil documentos de Núcleos Coloniais dos Séculos XIX e XX do estado de São Paulo. Como o APESP afirma, a digitalização desses documentos fez parte de um projeto denominado “Presença do Imigrante na Memória Nacional” e que teve apoio financeiro do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES e:

Para a realização desse projeto foram selecionados os conjuntos documentais, produzidos entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX, referentes aos Núcleos Coloniais da região de Campinas – Campos Sales, Nova Odessa e Nova Veneza. Essa documentação passou por intervenções técnicas de preservação, tratamento arquivístico, microfilmagem e digitalização³⁹.

Já para a digitalização do jornal “Ultima Hora”, o APESP fez parceria com a empresa Advanced Micro Devices – AMD – sendo digitalizadas 36 mil páginas desse jornal.

No caso do "Viver em São Paulo" foram feitas duas parcerias para a digitalização e disponibilização on-line de documentos. Uma delas se refere ao "O Poder e Cotidiano", que como já foi citado neste trabalho, trata-se de uma coleção que traz correspondências oficiais recebidas pelo governo do Estado de São Paulo entre 1822 e 1919 e originou-se da parceria do APESP com Ministério da Justiça (Fundo de Defesa dos Direitos Difusos). Além desse, há ainda o "Memória da Escravidão", apoiado pelo "Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-americanos (ADAI)" e que "foi elaborado com o objetivo de promover a organização arquivística, catalogação, preservação e difusão dos documentos sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) referentes à temática escravocrata⁴⁰". O programa ADAI:

(...) constitui um fundo financeiro multilateral de fomento ao desenvolvimento de arquivos dos países ibero-americanos. Outros objetivos do Programa são a concessão de bolsas de estudo para formação e assistência técnica; o desenvolvimento de planos de preservação, conservação e restauração de arquivos; a ampliação do acesso e a difusão aos documentos arquivísticos⁴¹.

³⁹ FONTE – <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/presenca.php>>. Acesso em: 02 out. 2012.

⁴⁰ FONTE – <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/escravos.php>>. Acesso em: 02 out. 2012.

⁴¹ FONTE – <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=112&sid=42>> Acesso em: 02 out. 2012.

Esta constatação pode oferecer indícios do “peso” do fator financeiro na constituição de um acervo quer seja digital ou material, pois envolve gastos com mão-de-obra, equipamentos, entre outros – e conseqüentemente também escolhas e interesses, não se tratando, como já foi discutido no início deste trabalho, da construção de um espaço ingênuo, pois, se pode indagar por que há investimentos em determinadas áreas e em outras não? Esta é uma pergunta que não pode ser facilmente respondida, uma vez que, além das de ordem econômica, envolve outras questões mais amplas e complexas: políticas, sociais, históricas, ideológicas, entre outras.

Comumente a digitalização de acervos tem sido notícia na imprensa, sendo que justamente alguns jornais têm ganhado a versão digital, como também outros tipos de acervos.

Há o exemplo do jornal Folha de São Paulo, que em comemoração a seus 90 anos, disponibilizou todas as suas edições desde 1921, totalizando por volta de 1,8 milhão de páginas:

O processo demorou cerca de um ano. Envolveu dezenas de pessoas do jornal e a contratação da empresa Digital Pages. O custo estimado foi da ordem de R\$ 3 milhões, o que inclui a digitalização, o armazenamento e o espaço em servidores capazes de suprir a demanda que será criada na internet. (RODRIGUES, 2011, s/p).

Segundo as informações do jornal, o acesso a essas edições por um espaço de tempo estará aberto a todos e depois ficará restrito aos seus assinantes. Recentemente, o jornal O Estado de São Paulo também digitalizou o seu acervo na celebração de seus 137 anos de existência – dando acesso a mais de 2,4 milhões de suas páginas (LEITE, 2012, s/p). O acesso ao acervo também é limitado: no primeiro mês de lançamento ficou aberto a todos os usuários da internet, depois somente a assinantes e também a instituições participantes de convênios, dentre elas o APESP⁴².

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Escola de Ciências Sociais e História da Fundação Getulio Vargas, também é um exemplo de investimento em digitalização de acervos. Através do projeto “Preservação e difusão do acervo histórico do CPDOC” e com o patrocínio do Banco Real (hoje Santander) através da lei de incentivo à Cultura: “Até o final de 2009, foram digitalizadas 300.000 páginas de documentos de diversos arquivos e 5.000 horas de gravação de entrevistas de história oral, e concluída a atualização do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-

⁴²FONTE – <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,sessenta-instituicoes-terao-acesso-gratuito-a-acervo,877792,0.htm>>. Acesso em: 08 out. 2012.

1930, agora disponibilizado integralmente⁴³”. O acesso a esses documentos é totalmente gratuito, contudo é necessário o cadastro do usuário.

O Instituto Moreira Salles (IMS), entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 1992 pelo embaixador e banqueiro, Walter Moreira Salles, cujo objetivo é a promoção e o desenvolvimento de programas culturais, é outro exemplo de investimento na digitalização de acervos. O site do Instituto disponibiliza parte de seu acervo, ou seja, artes visuais, fotografias, músicas, cartas, enfim, diversos trabalhos de renomados artistas. O acesso é gratuito e sem restrições.

Ainda têm-se o exemplo do Itaú Cultural, “instituto voltado para a pesquisa e a produção de conteúdo e para o mapeamento, o incentivo e a difusão de manifestações artístico-intelectuais⁴⁴” que tem colaborado com projeto de digitalização de acervos. De 1999 a 2003, o esse instituto contribuiu através da lei Federal de Incentivo à Cultura, a Lei Rouanet com o “Projeto Leonilson” digitalizando cerca de mil e cem imagens das obras do artista cearense José Leonilson (1957-1993). Atualmente o site também disponibiliza uma extensão da exposição Sob o Peso dos Meus Amores (também realizada pelo Itaú Cultural), com várias obras digitalizadas do artista, além de outros arquivos sobre sua vida. Há também o Programa Hélio Oiticica, cujo:

(...) website Programa Hélio Oiticica é o resultado de uma parceria entre o Itaú Cultural e o Projeto HO. Seu objetivo é disponibilizar ao público uma parte dos documentos do artista, arquivados na sede do Projeto HO no Rio de Janeiro. Os documentos foram catalogados digitalizados em versão fac-similar, totalizando mais de 5000 páginas⁴⁵.

Os arquivos disponíveis também não possuem nenhum tipo de restrição ao acesso.

Estes cinco exemplos ajudam a reforçar o argumento sobre a questão do “peso” financeiro na constituição de acervos digitalizados, uma vez que mostram que para a existência desses, o apoio de bancos ou o investimento de grandes meios de comunicação, como esses jornais, foram de muita importância.

Esta constatação não ajuda a explicar por quais motivos há investimento em determinadas áreas e em outras não, pois como já foi dito, trata-se de uma questão que depende de análises mais aprofundadas para ser compreendida, mas mostra como um apoio financeiro seria importante para a ampliação do acervo on-line “Memória da Educação”. Mas

⁴³ FONTE - <<http://cpdoc.fgv.br/projetoreal>>. Acesso em: 09 out. 2012.

⁴⁴ FONTE – <<http://novo.itaucultural.org.br/conheca/sobre-o-itaucultural/>>. Acesso em: 13 out. 2012.

⁴⁵ FONTE – <<http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia/ho/help/help.htm>>. Acesso em: 13 out. 2012.

de onde viria esse apoio? Nessa situação, até que ponto parcerias de fato, seriam interessantes, pensando que se trata de um arquivo público?

Tendo em vista as instituições apresentadas um ponto que pode ser destacado refere-se à questão do acesso. No caso do jornal Folha de São Paulo e do O Estado de São Paulo ele é ou será limitado a assinantes, mas estes pertencem a instituições privadas, o CPDOC também pertence, mas só exige o cadastro do usuário e as demais não fazem nenhum tipo de exigência. Gondra (2000, p. 12-13) ao elencar questões discutidas em um seminário sobre as novas tecnologias no campo da História da Educação cita as políticas de financiamento como uma das que a reflexão a respeito é necessária:

(...) houve um indicativo de que se procure assegurar o financiamento público das iniciativas voltadas para a preservação do patrimônio documental, considerando-se os riscos do caráter comercial presidir tais iniciativas, no caso do financiamento obtido junto às empresas do setor privado. Alertou-se que a lógica empresarial, ao investir nessa área, poderia produzir impactos sobre os aspectos materiais, instalações, equipamentos, pessoal, interferindo também nas políticas de seleção, descarte e do acesso aos documentos.

Tem-se ainda fala de Nunes (2000, p. 24-25) a respeito de Bibliotecas Virtuais (BVs):

As BVs têm sido elaboradas com financiamento público, garantido pelas entidades públicas e é importante que permaneçam dessa forma. No segundo Seminário do Prossiga este assunto foi debatido com mais profundidade, mostrando-se os pesquisadores presentes preocupados com a possibilidade da solicitação de auxílio às empresas privadas. Foi dado o exemplo do interesse que os grandes laboratórios poderiam ter de entrar na rede da BV de saúde para divulgar e vender seus produtos, prejudicando assim seu objetivo original e cobrando dos usuários. Indicaram a importância da participação das universidades e das agências governamentais de financiamento à pesquisa nesses projetos.

Assim, mesmo havendo concordância ou não com estas reflexões sobre o apoio financeiro de empresas privadas para a constituição ou ampliação de um acervo digital público, o alerta trazido por esses autores é importante no que diz respeito às possíveis interferências do setor privado ao dar esse apoio, pois se tratando de um acervo público não deve haver nenhum tipo de cobrança para o acesso a documentos. Lembrando que no caso do sítio do APESP, mesmo os documentos de projetos que tiveram apoio de empresas privadas não possuem nenhum tipo de restrição de acesso.

E em relação a essa intervenção do setor privado, além dessa questão do acesso, haveria outros pontos a serem considerados, tais como interferências também nas políticas de seleção e descarte de documentos, lembrados por Gondra (2000) na citação acima.

Sendo assim, buscando dimensionar a visibilidade da educação no sítio eletrônico do APESP, a discussão se direcionou um pouco para questões de financiamento ao ser constatado que em comparação aos demais sites do APESP, quantitativamente, essa visibilidade não se mostrou tão notória – trabalhando com a hipótese de que esse fato se explica por questões financeiras.

Mas este seria o único parâmetro para dimensionar essa visibilidade? Que outros elementos o “Memória da Educação” oferece para realizar esta análise?

Dimensionando a visibilidade da Educação no sítio do APESP: novas comparações

Observando a composição do “Memória da Educação”, no total, o tamanho aproximado de todos os arquivos juntos é de 8 gigabytes (GB), sem contabilizar as fotografias disponíveis (estas devido ao grande número, não foram baixadas, os demais arquivos disponíveis foram salvos em CD-ROMs, chegando a essa quantidade). A distribuição do tamanho de arquivos por conjunto documental se dá da seguinte forma:

TABELA 6
Tamanho total dos arquivos do “Memória da Educação”

Conjunto de documentos	Tamanho (em GB)	%
Destaques	0,01	0,1
Anuários	2,25	32
Publicações	2,75	34
Instrução Pública	2,70	34
TOTAL	7,71	100

Fonte: A autora.

Verifica-se assim que mesmo a quantidade de documentos disponíveis no "Memória da Educação" não sendo tão representativa em comparação aos outros sítios do APESP, o tamanho total de todos os arquivos, não contando as fotografias, é o que poderia ser considerado como um arquivo “muito pesado”, dependendo da velocidade de conexão da internet de quem acessa, como já foi citado neste trabalho, poderia levar muito tempo para "baixar" todos.

Outra característica que se destaca nesse conjunto de documentos é o oferecimento de séries documentais periódicas, tais como os Anuários e as "Publicações". Os Anuários dos

anos de 1907 a 1923, por exemplo, estão todos disponíveis e em "Publicações" há todas as edições dos anos de 1925 e 1926 da Revista Escolar – Orgam da Directoria Geral da Instrução Publica e nove números do ano de 1927.

A respeito da imprensa periódica para estudos em História da Educação, Catani e Bastos (1997) apresentam um conjunto de trabalhos nos quais diversos autores discutem através de suas pesquisas a importância dessas fontes. Segundo as autoras:

Com a preocupação de avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas e as práticas educativas, a imprensa periódica educacional – feita por professores para professores, feita pelo Estado ou outras instituições (sindicatos, partidos políticos, associações e Igreja), contém e oferece muitos dados básicos para a compreensão da História da Educação e do Ensino.

Na concepção de Nóvoa (1997), a análise de publicações periódicas ligadas ao campo da educação permite a apreensão de discursos articuladores de práticas e teorias "que se situam no nível macro do sistema mas também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente" (p. 11, grifos do autor).

O autor ainda traz outras razões para se estudar esse tipo de fonte. Segundo ele, a imprensa, é o melhor caminho para se entender a multiplicidade do campo da educação, as diversas faces dos processos educativos, e também porque é um lugar onde há a afirmação de um grupo e, portanto, está presente o debate, a polêmica, as controvérsias.

Para Bastos (1997), o estudo do lugar da imprensa pedagógica no discurso social oferece ricas informações ao pesquisador já que através dele é possível resgatar o discurso pedagógico, as práticas educacionais, o cotidiano escolar, o grau de submissão dos professores aos programas e instruções oficiais, a ideologia oficial, a força de inovação e de continuidade que representa das contradições do discurso.

Mas estes documentos e os demais do "Memória da Educação", como já se sabe, não são os únicos relacionados à educação que o APESP possui, sendo que o conteúdo de outros têm sido trabalhados em pesquisas na área de História da Educação, estudos que utilizaram essas outras fontes do acervo não disponíveis no site.

Souza (2009), por exemplo, em um estudo sobre a instituição de bibliotecas nos Grupos Escolares do Estado de São Paulo, no período de 1890 a 1920, partiu da análise de fontes documentais impressas e manuscritas pertencentes ao APESP – além de leis, decretos,

relatórios, ofícios e outros, também fez uso das publicações “A Eschola Publica” (1893-1897) e “Revista de Ensino” (1902-1918).

Já Gallego (2008), buscando compreender os processos de construção do tempo das escolas primárias de São Paulo entre os anos de 1846 e 1890, trabalhou com vários documentos manuscritos pertencentes também ao APESP, tais como relatórios de professores, de inspetores, circulares, termos de exames dirigidos a alunos e professores, atas de seções, livros de matrículas, entre outros.

E para tratar sobre a organização burocrática do ensino estadual de São Paulo de 1892 a 1910, Tavares (2004) utilizou correspondências oficiais, também disponíveis no acervo físico do APESP, que conforme afirma o autor, foram produzidas pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e pela Inspeção Geral do Ensino Público do Estado de São Paulo – e incluem ofícios diversos, relatórios, sindicâncias e cartas.

Assim, a partir desses trabalhos citados, pode-se obter em parte uma dimensão dos documentos relacionados à educação que o APESP possui, mas que não estão no acervo digitalizado. É possível observar que esses autores fizeram uso de uma tipologia maior de documentos do que está disponível no “Memória da Educação”, pois como se observou no capítulo anterior, nesse, entre os documentos escritos, há a predominância dos provenientes de fontes oficiais impressas.

Dentre eles, pode ser destacado o trabalho de Gallego (2008), que apresenta o estudo de uma expressiva quantidade de documentos manuscritos do século XIX e de certa forma, “mais próximos” do cotidiano das escolas de várias cidades do Estado de São Paulo, principalmente os relatórios de professores, livros de matrículas e de movimento diário, a carta de um pai ao Inspetor Geral da República e outros. Sobre os relatórios de professores, a autora, por exemplo, afirma:

Guardam ricos relatos sobre o cotidiano escolar, embora por serem endereçados à inspeção têm um formato padronizado e acentuam quase sempre, a conformidade de suas ações com as leis e regulamentos ou outros como as circulares, o que demonstra a hierarquização e controle ao qual estavam submetidos. (GALLEGO, 2008, p. 54).

Buscar tanto fontes oficiais, legislações, regulamentos, como também fontes documentais que oferecem uma visão mais próxima do dia a dia das escolas, como explica a autora, deve-se ao fato de que para se compreender como se configurou o tempo escolar, há a necessidade de se atentar para que essa configuração se deu em uma trama de discursos provenientes de diversas fontes.

Os relatórios de inspetores, igualmente estudados pela autora, aparecem também nos Anuários que o “Memória da Educação” disponibiliza, sendo esses impressos e já do século XX, e os do trabalho de Gallego (2008) manuscritos e pertencentes ao século XIX (1853 a 1886).

Portanto, a breve análise desses três trabalhos permite perceber que o acervo do APESP relacionado à educação realmente possui uma variedade ainda maior do que é apresentado no sítio “Memória da Educação”, que há muitos outros documentos que poderiam ajudar a enriquecê-lo.

Contudo, não se deixa de se assinalar mais uma vez a importância que os documentos do acervo on-line possuem para pesquisas em História da Educação, uma vez que como já foi tratado no capítulo 2 deste trabalho, e um pouco retomado neste também, ao se tratar sobre a questão das publicações periódicas – dispor de fontes é essencial para o trabalho do historiador.

Entretanto entende-se também que o processo de digitalização de documentos e a disponibilização on-line não são processos tão simples, Vieira (2011, p. 10-11), oferece um exemplo:

Este processo exige um planejamento prévio para que sejam relacionados os custos que variam conforme o tamanho e o tipo de documento, os níveis de indexação, softwares e hardwares envolvidos, resolução da imagem, configurações do scanner, sistema operacional e a quantidade de funcionários que farão a digitalização. As etapas deste processo consistem na preparação do documento, em que há a remoção manual da encadernação e a sua restauração (caso seja necessário); a digitalização e o scanner, que consiste no ajuste do scanner de acordo com o tamanho ou coloração do documento; indexação, onde ocorre a nomeação do documento para que este possa ser recuperado; e o controle de qualidade ou inspeção das imagens.

Ou seja, para se realizar esse trabalho há muitos fatores envolvidos, até que ele se concretize, há muito ser percorrido.

Mas prosseguindo na análise da dimensão da visibilidade da Educação no sítio do APESP, pode-se ainda levantar indagações sobre o volume de pesquisa gerado a partir do acervo que já foi digitalizado.

Particularmente, chamam a atenção os trabalhos de Catani (1995) e Catani e Lima (1997) sobre esses documentos. Como se tratou no capítulo dois, a autora se dedicou a um estudo mais aprofundado sobre o conteúdo dos Anuários do Ensino, analisando o significado do aparecimento e da publicação desses, o papel que lhes era atribuído e que desempenharam na organização do campo educacional paulista nos primeiros anos do século XX. Assim,

realiza uma crítica documental, mostra as relações dos Anuários com a política educacional da época e os analisa como fonte e objeto de pesquisa.

Ressalta-se que esse trabalho foi realizado antes do APESP disponibilizar os Anuários na internet, o que hoje veio a facilitar a localização e o acesso.

Além dos de Catani (1995) e Catani e Lima (1997), há uma significativa quantidade de estudos em História da Educação que apresentam entre suas fontes os Anuários de Ensino, podendo ser citados para exemplificar os de Souza, (1998; 2000), Gallego, (2004), Furgeri (2006), Paulo, (2005; 2008), Candido (2007), Maciel e Shugunov Neto (2009), Pereira (2011); Teixeira; Boccia (2011), Viviani; Gil (2011).

Catani (1995, p. 10, grifos da autora) afirma que:

É comum que a leitura dos **Anuários** seja feita na busca de dados estatísticos e informações básicas acerca do movimento do sistema de ensino. O presente texto propõe-se a investigar o significado do aparecimento e da publicação dos **Anuários de Ensino do Estado de São Paulo** (...). Para tanto, examina-se o conteúdo e a apresentação dos **Anuários** editados entre 1908 e 1917, buscando apreender as características dessas produções, para além de serem portadoras de “uma boa estatística e do movimento escolar de todo o Estado”, como afirmava João Lourenço Rodrigues, Inspetor Geral da Instrução Pública, na apresentação da primeira dessas obras editadas em 1908 e referente ao movimento de 1907.

Realmente esses documentos possuem uma grande quantidade de dados estatísticos sobre diversas temáticas relacionadas à educação no Estado de São Paulo, o de 1916, por exemplo, somente nos anexos, contém mais de cem páginas com inúmeras tabelas, mas como afirma Catani (1995), também podem oferecer vários elementos sobre diversos aspectos da educação escolar paulista no início do século XX.

Souza (1998) em um estudo sobre a implantação dos grupos escolares no Estado de São Paulo, além de utilizar como fonte relatórios de diretores de grupos escolares, de inspetores do ensino, ofícios diversos, dados de arquivos escolares, trabalhou também com os Anuários de Ensino, e em algumas partes de seu estudo, a autora faz uso de dados estatísticos presentes nos Anuários, em outras, vem a utilizar trechos que retratam diversas questões relacionadas aos grupos escolares. Já em outro trabalho (2000), para tratar sobre práticas de militarização da infância no início do século XX, a autora também utiliza como fonte os Anuários no que diz respeito ao escotismo nas escolas públicas paulistas.

Já Paulo (2005; 2008) examina as estatísticas escolares sobre escolas paulistas e as despesas estatais com a instrução pública entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do XX, segundo o autor: “(...) investigação que se volta para as primeiras décadas após a

implantação do regime republicano e busca entender as estatísticas escolares como parte integrante do processo de racionalização e de burocratização que tomou impulso com a implantação do novo regime” (PAULO, 2005, p. 1) e busca essas informações nos Anuários de Ensino.

Para analisar o descompasso entre a realidade de algumas escolas do meio rural do litoral norte de São Paulo e os discursos oficiais entre as décadas de 20 e 40 do século passado, Furgeri (2006) trabalha também com os Anuários. A autora expõe trechos desses documentos que trazem informações diversas sobre as escolas da região e trabalha também alguns dados estatísticos, tais como número de escolas e matrículas.

Objetivando analisar os discursos produzidos pelo então de Diretor de Ensino do Estado de São Paulo, Almeida Junior, sobre o ensino rural entre as décadas de 1930 e 1940 e como utilizou dados estatísticos para sustentar as suas opiniões e sua atuação como administrador do ensino paulista, Pereira (2011) apresenta também entre suas fontes os Anuários, não especificamente dados quantitativos, mas relatos do Diretor de Ensino sobre a situação das escolas rurais.

Assim, optou-se por fazer um recorte apenas sobre os trabalhos de alguma forma ligados aos Anuários – que se mostraram como as fontes do acervo digital mais utilizada em estudos.

Não se tem também a informação exata de quando o APESP disponibilizou os Anuários em seu site e nem todos os autores esclarecem onde consultaram os arquivos, mas presume-se que tenha sido no próprio APESP, pois não há nenhuma menção ao acervo digital.

Entende-se que os Anuários, com todas as ressalvas que se pode fazer em relação a um documento oficial, tratam-se de um importante conjunto, juntos, somam mais de 8.000 páginas que trazem diversos elementos de trinta anos de História da Educação no Estado de São Paulo, pois como já foi tratado neste trabalho, mesmo os períodos históricos estudados até exaustão, podem ser revistos, através de novas indagações, novas interpretações, sendo os documentos históricos primordiais para isso.

Enfim, dimensionar visibilidade da educação no sítio do APESP não se trata de uma tarefa simples, pois somente uma análise quantitativa não pode exprimir o alcance desse acervo, mas se observa a relevância que ele pode ter para a pesquisa em História da Educação ao disponibilizar séries documentais e também a partir da quantidade de trabalhos produzidos relacionados aos Anuários de Ensino. Assim, essas comparações, de forma não conclusiva, trazem apenas alguns indicativos dessa visibilidade.

Dispõe-se então de um acervo que ainda há muito para ser explorado, o que se torna mais fácil pelo mundo virtual, esperando-se que ele possa também ser ampliado, dando acesso ainda mais documentos e possivelmente permitindo a existências de novas pesquisas sobre a História da Educação no Estado de São Paulo e também no Brasil.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, objetivou-se inicialmente conhecer de forma geral a composição do sítio eletrônico do APESP, focalizando principalmente os conjuntos documentais do "Imigração em São Paulo", do "Memória da Imprensa", do "Viver em São Paulo" e do "Ultima Hora", conhecendo o conteúdo desses e os problematizando, trazendo também discussões a respeito das mudanças produzidas pelo texto digital e sobre alguns aspectos ligados aos impactos provocados pelas novas tecnologias no trabalho com documentos históricos.

Em relação à tipologia dos documentos disponíveis nesses conjuntos, constatou-se que em relação a esse aspecto, há uma composição diversificada e se buscou discutir a importância disso para as pesquisas históricas.

Da mesma forma se procurou conhecer a composição do acervo "Memória da Educação", os documentos disponíveis e suas características, e isso através do estabelecimento de discussões sobre o tipo de documentação presente.

Através deste exame, notou-se entre os escritos, a predominância de documentos oficiais e com o apoio de estudos em História e Historiografia da Educação foi buscado mostrar como eles foram hegemônicos na escrita dos estudos nestas áreas e os limites deste tipo de abordagem. Mas mesmo assim, se demonstrou também que isso não diminui a importância do acervo uma vez que muitas mudanças ocorreram nas pesquisas sobre História da Educação, que esses documentos podem ser abordados de formas diferentes e através de novas perspectivas.

Por fim, buscou-se dimensionar a visibilidade da educação no "Memória da Educação" e isso através não só da quantidade de arquivos disponíveis diante dos outros quatro sítios – que nesse aspecto mostrou ter uma menor representatividade –, mas também através de comparações com aspectos do próprio acervo (físico e virtual). Não se chega a uma resposta conclusiva sobre essa visibilidade, mas se reafirma a importância que essa disponibilização on-line de fontes pode vir a ter para as pesquisas em História da Educação e, além disso, se trata de uma iniciativa que promove a difusão do acesso e a preservação dos suportes originais, enfim, pelos vários motivos já tratados neste trabalho.

Como por várias vezes foi tratado aqui, a influência das novas tecnologias, como praticamente em todos os âmbitos da vida, tem crescido (embora ainda não sendo de uma forma totalmente democrática) em várias áreas de conhecimento, dentre elas a História da

Educação e ficar alheio a esta realidade se torna cada vez mais difícil. Contudo, como alguns autores trazidos neste estudo alertaram, isso não significa, no caso dos documentos históricos, o abandono dos antigos suportes e da preservação desses, sendo uma postura quem sabe mais adequada encarar as inovações tecnológicas como uma soma a tudo que já existe, aproveitando as melhorias elas que podem trazer.

Ter o contato com um documento em seu suporte original e no formato digital, como se discutiu no primeiro capítulo, trata-se como afirma Chartier (1999b) de experiências distintas: “Com efeito, cada forma, cada suporte, cada estrutura da transmissão e da recepção da escrita afeta profundamente os seus possíveis usos e interpretações (p. 105)”, pois segundo ele, não se pode separar as significações histórica e social dos formatos com os quais leitores têm acesso ao escrito. Assim, com a digitalização de documentos há ganhos – tal como poder acessar de qualquer lugar em que tenha os aparatos necessários – e perdas, por não ter a mesma experiência do contato com o suporte original. Contudo, a coexistência desses suportes pode ser então um caminho profícuo.

Olhando a partir de um panorama geral para este trabalho, pode-se trazer ainda fala de Certeau (2006, p. 81, grifos do autor):

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em "isolar" um corpo, como se faz em física, e em "desfigurar" as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto a priori. Ele forma a "coleção".

Assim, talvez ele tenha sido uma tentativa desse primeiro passo ao conhecer o que acervo digital do APESP, principalmente o da educação, dispõe, “salvando” os documentos que estão nesse sítio eletrônico em CD-ROM, os separando, os tabulando e os ordenando conforme as necessidades do estudo.

A partir disso, quais serão os limites e as possibilidades dadas por esse acervo digital? Em alguns momentos buscou-se discutir sobre esta questão, mas ela continua aberta – da mesma forma que o “Memória da Educação” – para os que tenham o interesse busquem também respondê-la.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Eliane D. Amorim. Arquivos, pesquisa e as novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.) **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. p. 89-100. (Coleção Memória da Educação).

ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Publicação organizada pela Inspectoria Geral do Ensino. São Paulo, SP: Inspectoria Geral do Ensino, 1908.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (Site). Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>>. Acesso em: 14 maio 2012.

_____. **O acervo**. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>>. [200-]. Acesso em: 14 maio 2012.

BACELLAR, Carlos de Almeida. **Apresentação**: Arquivo Público do Estado de São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/ins_arquivo.php>. Acesso em: 14 maio 2012.

BASTOS, Maria Helena Camara. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). In: _____.; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a História da Educação. São Paulo, SP: Escrituras, 1997. p. 47-75.

CANDIDO, Renata Marcilio. **Culturas da escola** : as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930). In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30., 2007, Caxambu. **Anais...** 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-3441--Int.pdf>> . Acesso em: 04 out. 2012.

CATANI, Denice Barbara. Informação, disciplina e celebração: os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo. **R. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 9-30, jul./dez. 1995.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a História da Educação. São Paulo, SP: Escrituras, 1997.

CATANI, Denice Barbara; LIMA, Ana Laura Godinho. Vigilância e controle: os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo e a História do trabalho docente no Brasil (1907-1937). In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a História da Educação. São Paulo, SP: Escrituras, 1997. p. 155-172.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo, SP: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 1999a.

_____. Do códex à tela: as trajetórias do escrito. In: _____. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999b.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2006. p. 65-119.

DARTON, Robert. Os leitores respondem a Rousseau: a fabricação da sensibilidade romântica. In: _____. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Trad. Sonia Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1986.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. p. 101-116. (Coleção Memória da Educação).

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Pesquisa, memória e documentação: desafios de novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. p. 101-116. (Coleção Memória da Educação).

FREITAS, Marcos Cezar de. A pesquisa em História da Educação e o impacto das novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. p. 117-122. (Coleção Memória da Educação).

FURGERI, Maria Antônia de Lima Ribeiro. **Escolarização no meio rural: Caraguatatuba (anos 1920-1940)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2006. Disponível em: <[http://www.usf.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/Dissertacao_Maria_Furgeri\[1575\].pdf](http://www.usf.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/Dissertacao_Maria_Furgeri[1575].pdf)>. Acesso em: 25 out. 2012.

GALLEGO, Rita de Cassia. Do modo ideal dos professores organizarem o tempo no contexto das escolas públicas primárias: o estabelecimento dos quadros horários e a fragmentação do saber (1890-1929). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM PERSPECTIVA HISTÓRICA, 3., 2004, Curitiba. **Anais...** 2004. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/319.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2012

_____. **Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas primárias em São Paulo: heranças e negociações (1846-1890)**. 328 fl. 2008. Tese (Doutorado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-18062008-171341/pt-br.php>>. Acesso em: 04 out. 2012.

GONDRA, José G. Gondra. A leveza dos bits: História da Educação e as novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. p. 3-18. (Coleção Memória da Educação).

KENSKI, Vani Moreira. O que são as tecnologias e por que elas são essenciais. In: _____. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2007. p. 15-26.

LEITE, Edmundo. Digitalização une técnicas de 3 séculos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 maio 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,digitalizacao-une-tecnicas-de-3-seculos,113582,0.htm>>. Acesso em: 01 out. 2012.

LOMBARDI, José Claudinei. As novas tecnologias e a pesquisa em História da Educação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. p. 123-150. (Coleção Memória da Educação).

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. Refletindo sobre o passado, o presente e as propostas futuras na formação dos professores. **Revista Brasileira de Formação de Professores – RBFP**, v. 1, n. 1, p.148-161, maio 2009.

NÓVOA, Antonio. A imprensa de Educação e Ensino. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo, SP: Escrituras, 1997. p. 11-31.

NUNES, Clarice. Biblioteca virtual Anísio Teixeira: reflexão sobre a experiência. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. p. 19-30. (Coleção Memória da Educação).

_____. História da Educação: espaço do desejo. **Em Aberto**, Brasília, Ano 9, n. 47, p. 37-45, jul./set. 1990.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos ANPEd**, v. 5, p. 7-64, 1993.

PAULO, M. A. R. As estatísticas escolares publicadas nos relatórios/Anuários estatísticos de São Paulo entre 1894 e 1907. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA: GUERRA E PAZ, 23., 2005, Londrina. **Anais...** 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0667.pdf>>. Acesso em 26 out. 2012.

_____. Os números do aparelho escolar paulista entre 1910 e 1919. In: CONGRESSO BRASILEIRO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Sergipe. **Anais...** 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/43.pdf>>. Acesso em 26 out. 2012.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. O museu da escola de Minas Gerais face aos desafios das novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. p. 117-122. (Coleção Memória da Educação).

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Crise da educação brasileira: problema da educação rural (São Paulo, década de 1930). **História da Educação – RHE**, v. 15, n. 35, p. 74-99, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/22181>>. Acesso em: 04 set. 2012.

RODRIGUES, Fernando. Folha põe na internet 90 anos de história em 1,8 milhão de páginas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 fev. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/877730-folha-poe-na-internet-90-anos-de-historia-em-18-milhao-de-paginas.shtml>>. Acesso em: 01 out. 2012.

SOUZA, Luciene Soares de. **A instituição de bibliotecas nos Grupos Escolares do Estado de São Paulo**. 110 fl. 2009. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano 20, n. 52, p. 104-121, nov. 2000

_____. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1998.

TAVARES, Fausto Antonio Ramalho. **Na marcha do ensino: a organização burocrática do ensino estadual no São Paulo Republicano - 1892/1910**. 177fl. 2004. Tese (Doutorado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TEIXEIRA, Rosiley Aparecida; BOCCIA, Margarete Bertolo. Os novos cargos administrativos no início da república em São Paulo e o controle da prática cotidiana do professor . In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25., 2011, São Paulo. **Anais...** 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simpósio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacaoRelatos/0137.pdf>>. Acesso em 26 out. 2012.

VIDAL, Diana Gonçalves. Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. p. 31-44. (Coleção Memória da Educação).

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Rev. Bras. Hist.**, v. 23, n. 45, p. 37-70, jul. 2003.

VIEIRA, Letycya Cristina Barbosa. Digitalização de documentos históricos: uma alternativa para a preservação e disseminação da memória e patrimônio cultural. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 14., 2011, São Luís. **Anais...** Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/DIGITALIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20DOCUMENTOS%20HIST%C3%93RICOS%20uma%20alternativa%20para%20a%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20e%20dissemina%C3%A7%C3%A3o%20da%20mem%C3%B3ria%20e%20patrim%C3%B4nio%20cultural.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2012.

VIVIANI, Luciana Maria; GIL, Natália de Lacerda. Expansão e a eficiência da escola rural em São Paulo: atuação e posicionamentos de Almeida Jr. a partir de estatísticas oficiais. **História da Educação – RHE**, v. 15, n. 34, p. 147-170, maio/ago. 2011 Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/20355>>. Acesso em: 04 set. 2012.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da Unicamp. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. p. 63-74. (Coleção Memória da Educação).

WERLE, Flávia Obino Corrêa. As novas tecnologias e a pesquisa em História da Educação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. p. 45-62. (Coleção Memória da Educação).

ANEXOS

DVD I – Anuários

DVD II – Destaques, Publicações e Relatórios da Instrução Pública

DVD III – Revista Escolar